



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

HERCILIA DE ARAUJO BRAGA

**ESTUDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA:
ANÁLISE DOS MAPEAMENTOS DE 2007 E 2013.**

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2016

HERCÍLIA DE ARAUJO BRAGA

**ESTUDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA:
ANÁLISE DOS MAPEAMENTOS DE 2007 E 2013.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como registro para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR: GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2016

HERCÍLIA DE ARAUJO BRAGA

**ESTUDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA:
ANÁLISE DOS MAPEAMENTOS DE 2007 E 2013.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como registro para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 29/04/2016.

BANCA EXAMINADORA

Gildásio Santana Júnior
Orientador

Andréa Braz da Costa
Examinadora

Marcos Antônio Tavares
Examinador

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento fica para Deus. Essa força superior que alavanca o corpo e a mente. Que apesar do cansaço e de todas as atribuições do dia-a-dia, abriu meus olhos para esse foco.

À minha Mãe e minha irmã Karla. Minhas bases. Torcedoras devotadas, insistentes no incentivo a alcançar o meu objetivo.

À Tio Duga. Grande conselheiro. Quantas aulas de história... Dedicou seu tempo e paciência em me explicar os mártires do comunismo mundial.

Ao meu Mestre Gildásio. Por não ter desistido dessa aluna maluca. Pela busca do meu melhor. Pelo apoio, pelas mensagens diárias, pelas pressões.

À Professora Andréa, por ter me trazido de novo ao curso, me acompanhado nas várias tentativas de conclusão.

Ao Professor Érico pela ajuda constante, e as opiniões enriquecedoras.

Aos colegas Robson e Gisele que me acompanharam na jornada. Pelas risadas e bons papos nos nossos encontros semanais.



Engenho (2010)

RESUMO

A Economia Solidária é um movimento social fundamentado no associativismo e no cooperativismo, que tem como ponto principal a iniciativa dos trabalhadores para obter o controle da produção e distribuição de mercadorias. De perfil contraditório em relação à acumulação do capital, a Economia Solidária tem como princípio a cooperação produtiva e a livre associação dos trabalhadores. Nessa investigação a proposta é fazer uma análise comparativa e crítica dos empreendimentos solidários na Bahia em períodos diferentes com base nos mapeamentos da economia solidária realizados em 2007 e em 2013. Teoricamente a investigação é referenciada nos aportes da economia plural de Karl Polanyi e seus seguidores a exemplo de França Filho. Eles afirmam que os sistemas econômicos estão fundados em quatro princípios econômicos: mercado, estado, reciprocidade e a domesticidade. O quadro metodológico é composto por pesquisa bibliográfica, análise documental e análise comparativa. A principal fonte de consulta é o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, SIES. O objetivo foi demonstrar às características dos empreendimentos, sobretudo, nas dimensões de atividade econômica, comercialização, créditos e investimentos, gestão coletiva, a assessoria e assistência técnica, a participação social e a responsabilidade ambiental desses empreendimentos dentro do Estado. Buscando compreender a trajetória dos empreendimentos econômicos solidários baianos entre 2007 e 2013. Após as análises, os resultados apontaram grandes diferenças na formulação dos mapeamentos, diminuição do quantitativo de empreendimentos, ampliação dos rendimentos e manutenção das difíceis condições de sobrevivência dos mesmos.

Palavras-chave: Economia Solidária. Mercado. Estado. Reciprocidade. Domesticidade. Mapeamentos, Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Organograma da Economia Plural.....	25
Ilustração 2: Linha do Tempo da SENAES.....	30
Ilustração 3: Rede de Interligação da Economia Solidária no Brasil	35
Ilustração 4 – Bahia Mapeamento 2007: Formas de Organização	42
Ilustração 5 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de Organização	42
Ilustração 6 – Bahia Mapeamento 2007: Motivo de Criação dos EES	44
Ilustração 7 – Bahia Mapeamento 2013: Motivo de Criação dos EES	45
Ilustração 8 – Bahia Mapeamento 2007: Ano de Início dos EES	47
Ilustração 9 – Bahia Mapeamento 2007: Segmentos Econômicos.....	48
Ilustração 10: Mapa da Distribuição dos Empreendimentos quanto à forma de organização – Cooperativa.....	66
Ilustração 11: Mapa da Distribuição dos Empreendimentos quanto à forma de organização – Associação	66
Ilustração 12: Mapa da Distribuição dos Empreendimentos quanto à forma de organização – Grupo Informal	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –Números de EES.....	40
Tabela 2 – Participantes nos EES.....	40
Tabela 3 – Bahia Mapeamento 2013: Categoria Social	41
Tabela 4 – Mapeamento 2013: Área de atuação do empreendimento.....	41
Tabela 5 – Bahia Mapeamento 2007: Formas de Organização.....	41
Tabela 6 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de Organização.....	42
Tabela 7 – Bahia Mapeamento 2007: Motivo de Criação dos EES	43
Tabela 8 – Bahia Mapeamento 2013: Motivo de Criação dos EES	44
Tabela 9 – Bahia Mapeamento 2013: Principais conquistas do EES.....	46
Tabela 10 – Bahia Mapeamento 2013: Principais desafios do EES.....	46
Tabela 11 – Bahia Mapeamento 2007: Segmentos Econômicos.....	48
Tabela 12 – Bahia Mapeamento 2013: Atividade Econômica Principal.....	49
Tabela 13 – Bahia Mapeamento 2007: Origem dos Insumos.....	49
Tabela 14 – Bahia Mapeamento 2013: Origem dos Insumos.....	50
Tabela 15 – Bahia Mapeamento 2013: Destinação dos recursos	50
Tabela 16 – Bahia Mapeamento 2013: Destinação das sobras.....	50
Tabela 17 – Bahia Mapeamento 2007: Formas de Comercialização	51
Tabela 18 – Bahia Mapeamento 2013: Comercialização de produtos	51
Tabela 19 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de organização da comercialização	52
Tabela 20 – Bahia Mapeamento 2007: EES com Dificuldades de Comercialização.....	52
Tabela 21 – Bahia Mapeamento 2013: Principais dificuldades na comercialização.....	53
Tabela 22 – Bahia Mapeamento 2007: Abrangência Comercial.....	53
Tabela 23 – Bahia Mapeamento 2007: Atenção aos Consumidores	54
Tabela 24 – Bahia Mapeamento 2013: Empreendimentos de Consumo.....	54
Tabela 25 – Bahia Mapeamento 2013: Forma de pagamento pelo consumo.....	55

Tabela 26 – Bahia Mapeamento 2013: Para quem se destina a prestação de serviços.....	55
Tabela 27 – Necessidade de Crédito/Financiamento.....	56
Tabela 27.1 – Bahia Mapeamento 2013: Acesso a crédito	56
Tabela 28 – Bahia Mapeamento 2007: Origem dos Recursos	57
Tabela 29 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de Organização Setor de Finanças.....	57
Tabela 30 – Bahia Mapeamento 2013: Origem dos recursos.....	57
Tabela 31 – Bahia Mapeamento 2013: Modalidade de garantias utilizadas	58
Tabela 32 – Participação Social dos EES.....	60
Tabela 33 – Bahia Mapeamento 2007: Tipos de fornecedor de Apoio.....	60
Tabela 34 – Bahia Mapeamento 2007: Acesso a apoio.....	60
Tabela 35 – Bahia Mapeamento 2013: Acesso a apoio, assessoria ou capacitação	61
Tabela 36 – Mapeamento 2007: Classe de Remuneração Mensal	63
Tabela 37 – Bahia Mapeamento 2013: Remuneração dos sócios	62
Tabela 38 – Bahia Mapeamento 2013: Quantidade de sócios por tipo de EES	63
Tabela 39 – Bahia Mapeamento 2007: Responsabilidade Ambiental.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCRED - Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares
- ADS-CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
- ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária
- ASMARE - Associação Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte
- ATES - Associação de Trabalho e Economia Solidária
- CATAFORTE - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis
- CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- CFES - Centros de Formação em Economia Solidária
- CG - Conselho de Gestão
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
- CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- CONAES - Conferências Nacionais de Economia Solidária
- CONCRAB - Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CONES - Cooperativa Nova Esperança
- COOTRABALHO - Confederação Brasileira das Cooperativas de Trabalho
- DEFES - Departamento de Fomento à Economia Solidária
- DF - Distrito Federal
- EES - Empreendimento Econômico Solidário
- ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
- ES - Economia Solidária
- FAS - Fundo de Assistência Social
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FDR - Fundo de Desenvolvimento Regional
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- FSM - Fórum Social Mundial
- GT - Grupo de Trabalho
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MNCMR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NEATES - Núcleos Estaduais de Assistência Técnica em Economia Solidária
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACS - Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAPPS - Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários
PDSS - Programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Solidário
PLANSEQ - Plano Setorial de Qualificação
PlanSeQ ECOSOL - Plano Setorial de Qualificação Profissional e Social em Economia Solidária
PP - Política Pública
PPA - Plano Plurianual
PPDLES - Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária
PRONACOOOP - Programa Nacional de Fomento ao Cooperativismo de Trabalho
PRONADES - Programa Nacional de Economia Solidária
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
SASOP - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
SCJS - Sistema de Comércio Justo e Solidário
SCMs - Sociedades de Crédito ao Microprodutor
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPIR - Secretaria de Promoção de Igualdade Racial
SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária
SINE - Sistema Nacional de Emprego
SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SRTEs - Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego
UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL - Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS.....	13
1.1 Histórico Brasileiro no Cooperativismo	16
1.2 Economia Solidária: Conceituações e Divergências dos pensadores brasileiros	17
1.3 Economia Plural como base interpretativa da Economia Solidária	23
2. ATUALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	27
2.1 O que é o SIES	36
2.2 O mapeamento de 2007	37
2.3 O mapeamento de 2013	38
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA	38
3.1 Características	39
3.2 Atividades Econômicas.....	47
3.3 Comercialização.....	50
3.4 Crédito e Investimento	55
3.5 Apoio, Assessoria e Assistência Técnica	58
3.4 Gestão Coletiva	61
3.5 Participação Social e Responsabilidade Ambiental.....	63
3.6 Análises Espaciais da Distribuição dos Empreendimentos	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

A “Economia Solidária” aqui pesquisada é um movimento social fundamentado no associativismo e no cooperativismo, que tem como ponto principal a iniciativa dos trabalhadores para obter o controle da produção e distribuição de mercadorias, gerando com isso, trabalho e renda. Esse movimento, nascido na Europa, foi surgir no Brasil no início do século XX e voltou a ser discutido a partir de 1970, tanto no âmbito acadêmico quanto no político por ter se constituído numa possibilidade de mudança social.

De perfil contraditório em relação à acumulação do capital, a Economia Solidária tem como princípio a cooperação produtiva e a livre associação dos trabalhadores. Essa forma de produzir, comprar e vender tem uma real preocupação com o meio ambiente, onde o bem estar das pessoas é mais importante que a obtenção do lucro sendo que a vantagem individual não é a finalidade principal a ser alcançada. Vários autores tem discutido o tema, divergindo ou concordando sobre o assunto. Pensadores como Paul Singer (2002), França Filho (2007), Gaiger (2007), Nuñez (2007), Santana Jr. (2007), apesar de diferentes posições, tem visões positivas sobre o tema. A visão mais crítica fica por conta de Pegotto (2007), Boito Jr. (2007), Germer (2005). O assunto é relevante e a temática ainda cabe reflexões a serem feitas quanto a sua representação na ciência econômica.

Apesar de ser um projeto onde a classe trabalhadora se vê diante da necessidade de tomar ela própria a direção do processo de produção e distribuição da riqueza, traz também dentro dela um viés propício a cooptação e manipulação político-ideológico dos envolvidos, pois o mesmo continua reafirmando valores culturais e morais que não são superados em virtude do predomínio do modo de produção capitalista. Assim, é que ao invés de promover a emancipação social dos trabalhadores, essas premissas - apesar de anticapitalistas - podem reproduzir modelos de estratificação de classes (como ocorreu na ex-URSS), onde a carga burocrática autoritária travou a transição e cerceou a liberdade dos trabalhadores.

Nessa investigação propõe-se fazer uma análise comparativa dos empreendimentos solidários na Bahia em períodos diferentes. Os mapeamentos foram feitos em dois momentos. O primeiro foi consolidado em 2007 abrangendo um estudo que iniciou em 2005. E o segundo consolidou em 2013 sendo iniciado em 2009. Acredita-se que a crise do sistema capitalista persiste se arrastando por já aproximadamente 45 anos de desemprego e fome, e mesmo em

períodos de retomada de “normalidade”, esse quadro persiste. Além de possíveis modismos “a difícil questão para nós é por quanto tempo essa perversa normalidade de uma ordem socioeconômica e política antagonica, com sua irreprimível tendência de afirmação global de seu domínio, pode manter sua dominação sem destruir a própria humanidade? Esse é o tamanho da montanha que devemos escalar e conquistar” (MESZÁROS, 2015, p.15).

Recorrera-se para análise, um aporte no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, SIES e teoricamente referenciará em autores como Karl Polanyi e seus seguidores a exemplo de França Filho, que discutem a abrangência desses empreendimentos. Karl Polanyi (2000), diz que os sistemas econômicos estão fundados em quatro princípios econômicos: Mercado, Estado, Reciprocidade e a Domesticidade. O que dá um caráter de pluralidade ao sistema econômico e que esses princípios coexistem e coabitam dialeticamente em conflito. Dessa forma, seria um equívoco pensar e analisar que essa organização social e econômica seria baseada exclusivamente ou em mercado ou em Estado, como afirma a maioria das teorias econômicas.

Além da pesquisa bibliográfica será utilizado análise documental e análise comparativa para avaliar os dados e explanar sobre alterações nos mapeamentos. Tem-se como objetivo demonstrar às características dos empreendimentos, a atividade econômica, a comercialização, os créditos e investimentos, a gestão coletiva, o apoio, a assessoria e assistência técnica, a participação social e a responsabilidade ambiental desses empreendimentos dentro do Estado.

Para alcançar os objetivos propostos além desta introdução este trabalho conta de mais três capítulos. Inicialmente será falado sobre as primeiras organizações operárias. No capítulo seguinte será feita as considerações sobre a atualidade da economia solidária no Brasil. Na sequência será versado sobre economia solidária na Bahia, onde será avaliado sobre o objeto de análise mais diretamente. Por fim será tecido as considerações finais.

1. AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS

Um dos aspectos marcantes da economia contemporânea, no que condiz com sua origem desde o surgimento do capitalismo, na sua fase industrial do final do Século XIX, até sua fase superior ou imperialista é sem dúvida as inúmeras tentativas de modificá-lo aperfeiçoando ou destruindo-o para tentar erguê-lo de forma diferente, organizando e distribuindo melhor os benefícios do trabalho. Vários foram os autores que se pronunciaram acerca dessa questão, inúmeros foram os ativistas de diferentes ideários socialistas, que tentaram reformar ou suprimir as relações capitalistas de produção. De fato, desde o surgimento da propriedade privada e com ela, dos antagonismos de classe, muitas foram às vezes que se levantaram fazendo surgir movimentos, seitas ou agrupamentos políticos de massas, que de alguma forma se insurgiram contra as injustiças desse modo de produção, buscando um futuro melhor para todos.

Engels (2002), no capítulo primeiro do texto: “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, afirma que os grandes homens que iluminaram os cérebros para a revolução que haveria de desencadear na Europa pós-feudalismo, adotaram uma atitude resolutamente revolucionária. Homens como Thomas Münzer das guerras camponesas na Alemanha de tendência anabatistas¹ ou de Babeuf na grande Revolução Francesa começam a formular as primeiras descrições utópicas de um regime econômico ideal para a sociedade. Essas reivindicações por igualdade não se limitava a direitos políticos, mas se estendia às condições sociais de vida de cada indivíduo; já não se tratava de abolir, mas de destruir as próprias diferenças de classe. Um comunismo ascético, ao modo espartano, que renunciava a todos os gozos da vida tal foi à primeira forma de manifestação do movimento. Mas foi na França que essas tendências adquiriram maior radicalidade.

Não obstante, o modo capitalista de produção se encontra mais desenvolvido na Inglaterra, o mesmo era desconhecido na França, pois os conflitos que a grande indústria iria desenvolver mais tarde ainda não tinha se transformado nessa necessidade imperiosa para as forças produtivas e as formas de distribuição por ela criadas. Nesse período histórico os pequenos grupos socialistas com suas teorias incipientes não faziam mais do que refletir o

¹ O Anabatismo foi um movimento religioso surgido com as Reformas Protestantes do século XVI, inspirado nas ideias de Martinho Lutero, que foram desenvolvidas contra o poder religioso, social e político da Igreja católica.
(<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/anabatistas-igualdade-social.htm>)

estado em que se encontrava o modo de produção capitalista, pois também era pré-maturo as condições de organização da classe trabalhadora. Pretendia-se tirar de foco a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males que a razão pensante era chamada a remediar. Tratava-se por isso de descobrir um sistema novo e mais perfeito socialmente para implantá-lo na sociedade por meio da propaganda e, sendo possível, mediante experiências que servissem de modelo.

Foi em tais circunstâncias que surgiram os primeiros pensadores utopistas como por exemplo Thomas More (1478-1535), que descreve a forma e a essência de uma concepção teórica de um Estado perfeito, onde a liberdade religiosa seria algo comum do cotidiano e as propriedades seriam coletivas, igualitárias para toda a sociedade. More, dizia estar perfeitamente convencido de que nunca se chegaria a uma justa distribuição dos bens, ou a uma satisfatória organização da sociedade, enquanto não se acabasse por completo com a propriedade privada. Segundo ele “enquanto ela continuar existindo, a grande maioria da raça humana, e o que nela há de melhor, continuará vivendo sob o peso de um esforço insano que só lhe traz miséria e ansiedade” (MORE, 1997). Na sociedade de More a crítica é sobretudo, uma resposta aos ideais da sociedade inglesa do seu tempo – é a cidade de Deus que ele contrapõe à cidade terrestre.

Se Thomas More, foi o primeiro a formular essas ideias, coube ao socialista utópico inglês Roberto Owen, colocar em prática esses ensinamentos filosóficos. Para ele, o caráter dos homens é de um lado produto de sua organização inata e de outro, fruto das circunstâncias que envolvem durante sua vida e, sobretudo durante o período de seu desenvolvimento (ENGELS, 2002). Owen criou em *New Lanark* na Escócia uma colônia-modelo, na qual não se conhecia a embriaguez, a polícia, juízes de paz, os processos, os asilos para pobres nem a beneficência pública. Para isso bastou, tão somente, colocar seus operários em condições mais humanas de vida, consagrando um cuidado especial à educação da prole. Owen foi o criador dos primeiros jardins de infância, que funcionaram pela primeira vez em *New Lanark*. As crianças eram enviadas às escolas desde os dois anos, e nelas se sentiam tão bem que só com dificuldade eram levadas para casa. Enquanto nas fábricas de seus concorrentes os operários trabalhavam treze e quatorze horas diárias, em *New Lanark* a jornada de trabalho era de dez horas. Quando uma crise algodoeira obrigou o fechamento de fábricas por quatro meses, os operários de *New Lanark*, que ficaram sem trabalho, continuaram recebendo suas diárias integrais.

O sonho com o novo sistema também encontrou expressão nas obras de Jean Meslier (1665-1729) e Gabriel Mably (1709-1785), que assim como Morelly, foram precursores teóricos do movimento socialista surgido durante a Revolução Francesa, precursores da Conspiração dos Iguais, chefiada por Graco Babeuf (1760-1797), que defendia princípios de igualdade social e o fim da opressão burguesa. Em meados do século XIX, surgiu na Alemanha, à figura do advogado Ferdinand Lassalle precursor da social-democracia alemã, que defendia a participação dos trabalhadores, na administração do Estado, usufruindo dos seus benefícios sociais. Lassalle é o fundador da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, que se fundiu em 1869, ao Partido Social-Democrata da Alemanha, de concepção marxista, dando origem ao Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Alemanha (ou SPD), que através de uma ruptura com os movimentos socialistas de caráter revolucionário, passou a defender a possibilidade e o desejo de atingir o socialismo através de uma evolução política gradual (ENGELS, 2002).

Na Europa, os primeiros idealizadores do que chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Após a Segunda Guerra mundial vários países recorreram ao modelo econômico de intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. O medo da bolchevização² na Europa era muito grande, trabalhadores através de suas lideranças organizadas foram convidados a participar das políticas sociais do Estado como idealizou Lassalle, cooperativas de consumo e de habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários. Em linhas gerais, a Social-democracia tem como objetivo tornar o capitalismo mais igualitário menos predatório para as pessoas e para o planeta. Atualmente, em crise nos países os quais se originou, a social-democracia permanece em destaque em países como Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, modelos que mais refletem esta preposição.

Embora remonte ao século XIX o momento em que os trabalhadores começaram a se organizar de modo cooperativista para resistir ao avanço do capitalismo, foi com a crise econômica ocorrida em todo o mundo nas primeiras décadas do Século XX, que o sistema capitalista entrou em decadência demonstrando que a crise que perdura desde 1914, não é mais uma crise cíclica, como era comum no capitalismo concorrencial do século XIX, mas sim uma crise sistêmica que provocou duas grandes guerras mundiais e uma mortandade de

² Bolchevização: de Bolchevique (do Russo bolshe, que significa “maioria”), partidários do revolucionário Vladimir Lenin, que disputaram frente aos Mencheviques (“minoría”), que tinha como líder Julius Martov, a hegemonia dentro do Partido Social Democrata Russo. (<http://www.dicionarioglobal.com/portugues/31209-bolchevizacao>).

milhares de vidas humanas. A partir da década de 1970, o capitalismo vem dando demonstração de não ter mais como sair dessa situação crítica em que se encontra. Para tentar reverter o quadro de estagnação passou a adotar medidas neoliberais, que foram implantadas em diferentes países, provocando desemprego, obrigando as pessoas tentar sobreviver na informalidade, submetendo-se a formas cada vez mais precárias de trabalho.

Anderson (1995, p. 22-23) comenta que, mesmo fracassando economicamente, não conseguindo revitalizar o capitalismo, política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou êxito em uma instância nas quais seus idealizadores jamais esperavam obter, a saber: as medidas implementadas visando reavaliar as funções do Estado. Disseminando a ideia de que, com o fim do Estado de bem estar social e dos modelos econômicos do tipo capitalismo de Estado da União Soviética, não há mais alternativas exceto seus princípios de liberdade de mercado. Quaisquer limitações desses preceitos são denunciadas e combatidas como ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política e que todos, seja confessando ou negando, têm de que se adaptar às suas normas.

1.1 Histórico Brasileiro de Cooperativismo

No Brasil após a libertação dos escravos, a fim de substituir a mão-de-obra por eles proporcionada, o Brasil abriu suas portas à imigração. Após algum tempo nas plantações, esses imigrantes, escolheram ir para as cidades para poderem exercer atividades industriais e artesanais que já praticavam em seus países de origem (HILSDORF, 2003). O aparecimento desse proletariado urbano, para além de ser uma nova força de trabalho, trazia também novas idéias. Muitos deles, principalmente os espanhóis, portugueses e italianos, traziam o ideário do anarquismo em suas mentes. O Anarquismo, como movimento, é um “sistema de pensamento social visando a modificações fundamentais na estrutura da sociedade, com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres” (FAUSTO, 1977). Liberdade, responsabilidade e autodisciplina são as palavras de ordem do movimento. Para os anarquistas o futuro da humanidade exclui todo principio de autoridade, de domínio e de exploração do homem pelo homem. O sujeito que segue as idéias anarquistas é um cidadão, “que não quer ser oprimido, mas também não quer oprimir, que não quer ser explorado, mas também não quer explorar, que não quer ser iludido mas também não quer iludir os outros” (LEUENROTH, 1963). O

movimento anarquista possui três variantes mais conhecidas: o coletivismo, o anarco-comunismo, e o anarco-sindicalismo.

Em linhas gerais, a sociedade defendida pelos anarquistas não seria necessariamente uma sociedade perfeita, uma vez que para os anarquistas toda sociedade que fosse perfeita deixaria de evoluir. A sociedade autogestionária dos anarquistas seria dessa forma, um lugar onde os homens viveriam sem a imposição do Estado e seus conjuntos de leis reguladoras, seria uma sociedade pautada em um bem coletivo onde o homem se tornaria um produtor natural em sociedade. Os anarquistas também não viam como os marxistas, a necessidade de uma tomada de poder para a classe operária, até porque almejavam destruir todas as formas de imposição da ordem, para a construção de uma sociedade livre do jugo da imposição, da hierarquia de classe e do poder político materializado na figura do Estado. O coletivismo substitui a propriedade individual pela ideia de propriedade gerida por instituições voluntárias, que dariam a cada operário o direito sobre o produto de seu trabalho. O anarco-comunismo tem como lema: “De cada um, de acordo com seus meios; a cada um de acordo com suas necessidades.” (WOODCOCK, 2002) e os anarco-sindicalistas dão valor aos sindicatos de classes como instrumento revolucionário tendo na greve sua mais poderosa arma de luta para a construção de uma sociedade livre.

O advento da Revolução Russa, ocorrida em outubro de 1917, abriu as portas para que o marxismo se transformasse em uma corrente política estatizante mediante o triunfo bolchevique na Rússia. A nível internacional, não bastasse os conflitos com a socialdemocracia, um intenso conflito acontece na URSS, entre as correntes bolcheviques (já controladas pelo stalinismo) e os partidários de Trotski, pelo controle do movimento operário, onde o stalinismo sai vitorioso do mesmo. O movimento anarquista é abafado e perde força após a Segunda Guerra Mundial, período da Guerra Fria.

No Brasil o anarquismo começou a perder força, com a ascensão Vargasista³ que dá um terrível golpe nas formas de organização anarquistas. Getúlio Vargas, utilizando de forte repressão e medidas populistas, conseguiu cooptar algumas lideranças sindicais e através do atrelamento dos sindicatos, passou a controlar essas instituições que era o grande centro de difusão do pensamento anarquista. Além disso, as forças militares de Vargas empenhara-se

³ A Era Vargas, teve início com a Revolução de 1930 onde expulsou do poder a oligarquia cafeeira, dividindo-se em três momentos: Governo Provisório -1930-1934; Governo Constitucional – 1934-1937; Estado Novo – 1937-1945. (Fonte: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>)

em prender e extraditar elementos contrários aos seus ideários perante as massas trabalhadoras.

1.2 Economia Solidária: conceituações e divergências nos pensadores brasileiros

A Economia Solidária voltou a ser amplamente discutida no Brasil a partir dos anos 1970, devido a uma nova crise do sistema capitalista, que trouxe por consequências desemprego e fechamento de empresas, criando um quadro dramático para a classe trabalhadora. Muitas foram às iniciativas criadas para tentar salvar ou criar empregos. Em alguns países como a Argentina, Itália, Espanha etc., empresas foram criadas pelos próprios trabalhadores, na tentativa de salvarem seus empregos. Foi baseando-se nesse modelo organizacional, que um significativo número de trabalhadores se organizou numa tentativa de autogerir o processo de produção.

Foi sob essa conjuntura que o termo Economia Solidária foi apresentado e submetido à discursões nos primeiros seminários de combate à pobreza, depois nos meios acadêmicos e nos ambientes institucionais, como possível alternativa ao desemprego e de combate à fome. Muitos pesquisadores, principalmente economistas e sociólogos se entusiasmaram com esta proposição e passaram a produzir novas teorias para estudar o fenômeno. Muitos foram os que ficaram entusiasmados com este movimento “espontâneo” dos trabalhadores, que a exemplo de outros países transformavam empresas antes falidas em empresas recuperadas e geridas por cooperativas de trabalho. Muitas são as formas de autogestão, modelos que mudam de acordo com a intensidade da crise e o grau de organização dos trabalhadores. Em países como o Brasil, essa nova forma, passou a ser vista como um modo de inclusão social, ou alternativa na busca de emancipação pela classe dos trabalhadores (SINGER, 2002).

Várias foram as denominações que ficaram conhecidas no Brasil por Economia Solidária entretanto, a expressão Terceiro Setor - mesmo que imperfeita - é a que recebe a nível internacional e no Brasil, um maior consenso. Mas se olharmos para regiões geográficas específicas, outros termos são preferidos. Assim nos EUA fala-se em *non-profit sector* ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organizations*. O termo economia solidária e a apelação organizações de economia popular também, são muito comuns na América Latina.

No que concerne a principal força da Economia Solidária, está a forma como é organizado e distribuído o trabalho, ou seja, a forma “autogestionária”, em que os trabalhadores controlam os meios e modos de produção. Segundo Singer (apud SATO E ESTEVES, 2002): “Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo, a autogestão é uma forma específica de democratismo industrial, distinta de sistemas como o de participação acionária, ou de participação nos lucros da empresa”. Administradas por meio de decisões democráticas, estes modelos se caracterizam em certa medida por não objetivar estritamente o lucro e sim aspectos sociais e relação de solidariedade, mutualismo ou cooperação.

No início do século XX, os imigrantes europeus trouxeram esse formato de organização para o Brasil. As cooperativas de consumo serviam para suprir as necessidades dos trabalhadores e protegê-los dos preços altos do mercado formal. Nas cooperativas agrícolas, produtores rurais se juntavam a fim de barganhar melhores preços nas compras, já que os volumes negociados eram maiores e, também, no caso das vendas com negociações mais rentáveis. Apesar do título de cooperativas, os princípios clássicos do cooperativismo não eram seguidos. As cooperativas burguesas, não são autogestionárias e possuem trabalhadores assalariados, como também não fazem divisão dos lucros. Neste caso, não podem ser consideradas parte de empreendimentos da Economia Solidária.

A denominação Economia Solidária é identificada como um empreendimento autogerido e democraticamente solidário, num conceito que engloba uma concepção de economia solidária, trazendo no seu bojo a ideia de coletividade, da busca pelo associativismo/cooperativismo. Ela é descrita como:

[...] outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioproductivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também varia de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos populares, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as empresas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus. (LAVILLE apud SANTANA JUNIOR, 2005, p. 83).

No entanto, vários pesquisadores nas áreas da sociologia, pedagogia, administração e economia apontam para conceituações diferentes do que viria a ser Economia Solidária. Suas expressões estão ambientados em várias vertentes de pensamentos. Para Paul Singer (2002) é um modo de produção solidário. Já para França Filho ela é parte de uma Economia Plural, seguindo o mesmo pensamento de Polanyi. Em Gaiger é uma Economia Popular, Solidária. Kraychet tem uma posição parecida com Milton Santos; ela faz parte ora do Circuito Superior ora do Inferior da Economia. Marcos Arruda tem conceituação de Espiritualismo.

Santana Junior (2005, p.82) comenta que, apesar das críticas da escola neoclássica “que atestam ao mercado, a propriedade privada e a acumulação capitalista na organização social” como superior; “assim sendo, categorias como reciprocidade, solidariedade e coletividade não teriam relevância para interpretar e impulsionar a sociedade”. A postura da escola marxista segue esse caminho de marginalização da economia solidária dentro do sistema capitalista.

Mas o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zwerghaften*: nanicas – CMG] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores (MARX apud GERMER, 2005, p.8).

Existem divergências de conceituação e de significado, dentre os pesquisadores da Economia Solidária. A busca pelo resgate do cooperativismo é uma semelhança entre eles. Os estudos são diferenciados e tomam rumos diferentes. Dentre os pesquisadores que entendem a Economia Solidária como uma alternativa, um novo modo de produção que substituiria o Capitalismo, destaca-se Paul Singer com um perfil mais revolucionário, com bases marxistas.

A economia solidária é ou poderá ser mais do que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as

empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. (SINGER, 2002, P. 114).

Outro autor, com essa mesma postura ideológica é Orlando Nuñez, da Nicarágua. Santana Junior o cita como um otimista da Economia Solidária.

Uma economia solidária não pode ser concebida nem desenvolvida fora do contexto de um projeto revolucionário que lhe dê sustentação. A grande diferença, em relação às revoluções anteriores, está em que, na economia solidária, não é preciso esperar pela tomada do poder político para que os avanços aconteçam – ela mesma é parte da tomada do poder público, ela mesma é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo. (NUÑES apud SANTANA JUNIOR, 2007, p. 27).

França Filho entende a Economia Solidária como uma forma embutida dentro do Capitalismo, um “movimento social” (DOURADO, 2010, p.6) interligado a economia mercantil. “Que as práticas de economia solidária estão estruturadas a partir de princípios diferenciados, mas estão inseridos no sistema capitalista” (SANTANA JUNIOR, 2007, p. 29). O vínculo social está associado ao mercado e ao Estado, dando a economia o conceito de “economia plural” (FRANÇA FILHO, 2007, p.158).

Portanto, admitir a possibilidade de outra forma de regulação da sociedade através da ideia de economia solidária, significa reconhecer outra possibilidade de sustentação das formas de vida dos indivíduos em sociedade, não centrada nas esferas do Estado e do mercado. (FRANÇA FILHO, 2002, P.13).

Gaiger vê a economia solidária como um processo ainda em construção. Uma análise da viabilidade tomando por base os dados quantitativos e qualitativos. A visão deste autor tem características capitalistas. Ele coloca como valores a viabilidade econômica, aspectos empreendedores, eficiência. (DOURADO, 2010).

Outros estudiosos veem o papel da economia solidária por um prisma mais crítico. Segue essa vertente Claudete Pegotto assegurando:

é possível encontrar algumas interpretações sobre a economia solidária como a possibilidade de construir um modelo econômico que se relaciona com a construção de uma sociedade livre, no qual se busca desenvolver espaços de liberdade mediante a solidariedade, a cooperação, a ajuda mútua, que na sua dinâmica encadeie elementos de rupturas com as relações econômicas capitalistas. No máximo, podem exercer claras ações de resistência popular não no sentido político mais amplo, mas uma aproximação das conceituações teóricas que privilegiam o resgate dos valores solidários, cooperativos e humanistas e das práticas locais e comunitárias por meio de ações educativas e morais, cujas ações implicam promover a libertação do homem da individualização crescente. (PEGOTTO apud SANTANA JUNIOR, 2007, p. 26).

Armando Boito Jr também segue essa mesma linha de pensamento. Ele diz:

Convém lembrar que uma parte dos sindicatos da CUT considera a criação de cooperativas de produção e a organização e prestação de serviços públicos nas áreas da educação e da saúde – à maneira de uma ONG – como o início de um processo de socialização da economia e do Estado. Diversos intelectuais progressistas – Paul Singer e Antônio Negri desenvolveram ideias nessa direção. Esse “novo socialismo utópico” encontra, por vias transversas, uma confluência com a política social do capitalismo neoliberal que visa, justamente, programar as políticas sociais compensatórias em “parceria com entidades da sociedade civil”. (BOITO JR apud SANTANA JR, 2007, p. 26).

Claus M. Germer segue pelo mesmo caminho. Segundo ele:

Com o refluxo momentâneo dos projetos socialistas a partir da desagregação da União Soviética, difundiram-se, no campo dos movimentos sociais, propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres, configurando um certo retorno às concepções limitadas da fase inicial das lutas operárias surgidas nas primeiras décadas do século 19. Ao mesmo tempo, partidos de diversas matizes de centro-esquerda, ao serem eleitos como reação popular aos problemas sociais causados pelo neoliberalismo, demonstraram não possuir projetos alternativos concretos e procuram encobrir esta deficiência com a instituição de políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais. Estas políticas emergenciais oficiais somaram-se e/ou fundiram-se, em alguma medida, com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social, constituindo uma corrente heterogênea de propostas e iniciativas concretas sob o título genérico de “economia solidária”.

No seu interior surgem tentativas de teorizá-la não apenas como um conjunto de iniciativas emergenciais destinadas a amenizar os efeitos dos problemas sociais, mas como embriões de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, ignorando a crítica marxista. No Brasil as iniciativas capituláveis como integrantes da ‘economia solidária’ têm se expandido significativamente, tanto na forma de iniciativas sociais espontâneas como de políticas oficiais. (GERMER apud SANTANA JR, 2007, p.26-27).

Apesar das divergências, uns descrentes outros entusiastas da causa, é fato que a Economia Solidária não pode ser mais ignorada. Como uma prática diferente dos princípios capitalistas e com capacidade para transformar parcelas cada vez maiores das populações em vários lugares do mundo, o estudo acerca do tema vai se estender. Esses princípios da economia solidária partem de estudos feitos por Karl Polanyi e seguidos por França Filho. A frente será feita as considerações e explanação sobre os princípios econômicos que culminam na denominação “Economia Plural” e sua contribuição para o entendimento da Economia Solidária.

1.3 Economia Plural como base interpretativa da Economia Solidária

A economia é a junção de conceitos diversos trabalhados ao longo do tempo por diversos teóricos. Uma economia plural que associa a troca mercantil ao Estado e a relações interpessoais. Este entendimento admite as diversas formas de produzir e distribuir riquezas. Coloca a economia como algo mais real, demonstrando as práticas do mercado que são próprias da economia solidária. Segundo França Filho (2002, p.10) existe neste formato de economia características de uma economia mercantil, não mercantil e não monetária. Uma forma de economia híbrida.

nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não mercantil); e trabalho voluntário (recurso não monetário). (FRANÇA FILHO, 2002, p.13).

As noções de economia tradicionais e formalistas limitam o agir econômico à troca mercantil. Conforme Caillé (apud FRANÇA FILHO 2007, p. 157) a economia segundo a ótica formalista é “todo comportamento visando economizar recursos raros procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios envolvidos numa decisão pensada com uma questão de escolha racional”. Essa noção, segundo Caillé, apresenta problemas em avaliar o mercado a partir da escassez e limitando o humano a um perfil somente racional. Neste conceito há muito do entendimento dos neoclássicos a respeito da economia.

Para Polanyi (2000), a escola Clássica de Smith ignora outras características do sistema econômico que na essência já existente. Segundo Polanyi (2000), Adam Smith faz uma leitura errada do passado e das civilizações, ignorando outras relações econômicas, e se baseando apenas nas relações de mercado, mesmo assim na essência ele traduz o que viria a frente, no futuro. Polanyi vai além dizendo que a “propensão do homem de barganhar, permutar, e trocar uma coisa pela outra” (SMITH apud POLANYI, 2000, p.63), nas comunidades anteriores ao seu tempo, não havia se manifestado. Pois o papel desempenhado pelos mercados internos na economia de vários países, parece que foi insignificante. Vale ressaltar que, apesar disso, esse conceito de “Homem Econômico” tem influenciado sobremaneira as atividades econômicas, políticas, intelectuais e espirituais da raça humana.

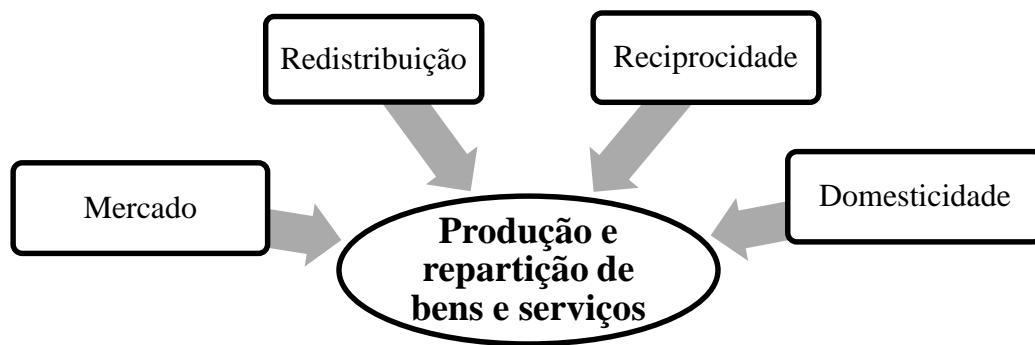
Para se entender a Economia Plural se faz necessário desconstruir o conceito de economia como sinônimo de mercado (FRANÇA FILHO, 2007, p.157), que só foi acontecer a partir do século XVI, quando os mercados passaram a ser mais numerosos e a ter mais importância. Antes, todos os sistemas econômicos conhecidos, pelo menos até o feudalismo, não foram organizados em função de um mercado, mas segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou da combinação das três (FRANÇA FILHO, 2007, p.74). E assim ele descreve a economia plural. A Economia Plural, envolve não só as relações mercantis, mas também as relações não monetárias (o Estado) e as relações com base no vínculo social (reciprocidade e domesticidade). Todos esses seriam modos legítimos na produção e distribuição dos bens. A economia solidária é esta forma híbrida de economia que engloba todos esses agentes. Não só com o conceito de uma nova economia que se ocupa de pobres e excluídos do sistema econômico, mas uma economia que articula essas três formas de economia como definição para o ato econômico. (FRANÇA FILHO, 2007, p.158).

Uma análise econômica que considera os pilares da economia só o mercado e o Estado incorre em vários erros. Assim, a adoção da economia plural evita vários reducionismos. O primeiro deles é a ideia da empresa está reduzida tão somente ao formato mercantil acumulador. Nessa questão, o reducionismo é considerar que a empresa precisa necessariamente ter fins lucrativos excluindo as possibilidades de empreendimentos com ações coletivas e que não visam acumulação privada, voltadas em benefício de um grupo. Um outro reducionismo é a limitação da economia à troca mercantil. Exclui-se portanto, todas as possibilidades de trocas envolvendo relações solidárias ou até a não necessidade do papel moeda como forma de pagamento. Uma terceira limitação das relações é a de restringir a

política ao Estado. A economia pode estabelecer outras relações além das mercantis. Ela pode ter função pública com finalidades sociais, culturais, ambientais, etc. Portanto, envolver a política do cotidiano dos cidadãos sem a necessidade a instituição maior, o Estado. Um outro formato de reducionismo envolve a restrição da ação humana à um cálculo utilitarista de consequência, sendo que as decisões humanas passam por uma complexidade de opções além dos valores financeiros. Envolve ética, relações pessoais, vários posicionamentos e condutas na decisão de produzir / consumir. (FRANÇA FILHO, 2007)

A amplitude das relações que envolvem a Economia pode ser demonstrada na Ilustração 1. A teoria apresentada por França Filho pode ser sintetizada por essa imagem:

Ilustração 1: Organograma da Economia Plural



Fonte: Elaboração própria

Uma economia que para França Filho (2012), tem como base uma pluralidade de princípios, tais como: princípio da troca mercantil, princípio da reciprocidade e princípio da redistribuição e também de uma pluralidade de recursos: recursos mercantis, recursos não mercantis (ajuda financeira dos poderes públicos) e recursos não mercantis e não monetários. O estabelecimento de compromissos entre princípios plurais não são colocados em evidência no plano da coordenação e das escolhas estratégicas. Entretanto, devido à finalidade social desses projetos, devido sua governança democrática e à sua vinculação com a propriedade coletiva, a economia social e solidária está institucionalmente melhor equipada do que todos os demais setores econômicos para alcançar uma hibridação desses diferentes recursos e estabelecer um compromisso entre as diversas lógicas de ação.

O processo de incorporação dessa solidariedade social tem múltiplas variáveis e, portanto, diversos são os motivos pelos quais as pessoas têm acesso ou se aproximam para

procurar alguma participação na Economia Solidária. Assim, faz-se mister o debate sobre a expansão da Economia Solidária, assim como de outras atividades como do Terceiro Setor, Economia Popular e Economia Informal de modo geral, devido sua expansão nos últimos tempos com as crises do sistema capitalista. Esta crise está relacionada para alguns autores com a crise da sociedade salarial, crise do trabalho ou crise do fordismo segundo os economistas.

2. ATUALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O objetivo desta seção é apresentar um painel da atualidade da Economia Solidária no Brasil. Para tanto, foram utilizadas as informações que estão disponíveis no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o site do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, os parágrafos abaixo foram elaborados a partir do histórico desenvolvido pelo Fórum e pelo MTE.

A necessidade de organizar as várias manifestações no campo da Economia Solidária, surgiu em pauta no I Fórum Social Mundial que aconteceu em janeiro de 2001. Nele foi formado um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), composto por várias organizações e redes associativas do segmento popular solidário. Instituições rurais, urbanos, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais.

Foram doze entidades e redes nacionais que se uniram para formação do GT-Brasileiro. São elas: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Apesar das articulações dessas instituições na tentativa de abranger as atividades de apoio a nível nacional, se fazia necessário uma política pública nacional de Economia Solidária, com o respaldo do Governo. A oportunidade de sugestão aconteceu no primeiro mandato do Governo Lula, em 2002, onde foi enviada uma carta com as diretrizes da Economia Solidária e a sugestão da criação de uma Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES). A carta foi aprovada e encaminhada em dezembro de 2002 na I Plenária Brasileira de Economia Solidária, nesse momento com mais 200 participantes entre eles trabalhadores de empreendimentos associativos, entidades de representação, entidades de

assessoria, fomento e gestores de políticas públicas.

A próxima Plenária ocorreu já no início de 2003 no Fórum Social Mundial e contou com 800 participantes, sendo eles, principalmente, representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. Neste, legitima-se o GT-Brasileiro como o promotor do processo de mobilização da Economia Solidária.

Já em meados de 2003, acontece a III Plenária Brasileira de Economia Solidária. Essa reunião teve 900 participantes de vários lugares do país. Nesse momento é preparada a mobilização de 17 estados brasileiros em torno do movimento.

A SENAES se concretiza no início de 2003. Ela tem grande representatividade no movimento e é um grande interlocutor para os acontecimentos futuros.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Essas informações acerca da SENAES estão disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

As atribuições da Secretária Nacional de Economia Solidária foram estabelecidas no Decreto 5063 em maio de 2004 e descreve as competências da SENAES:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva

e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

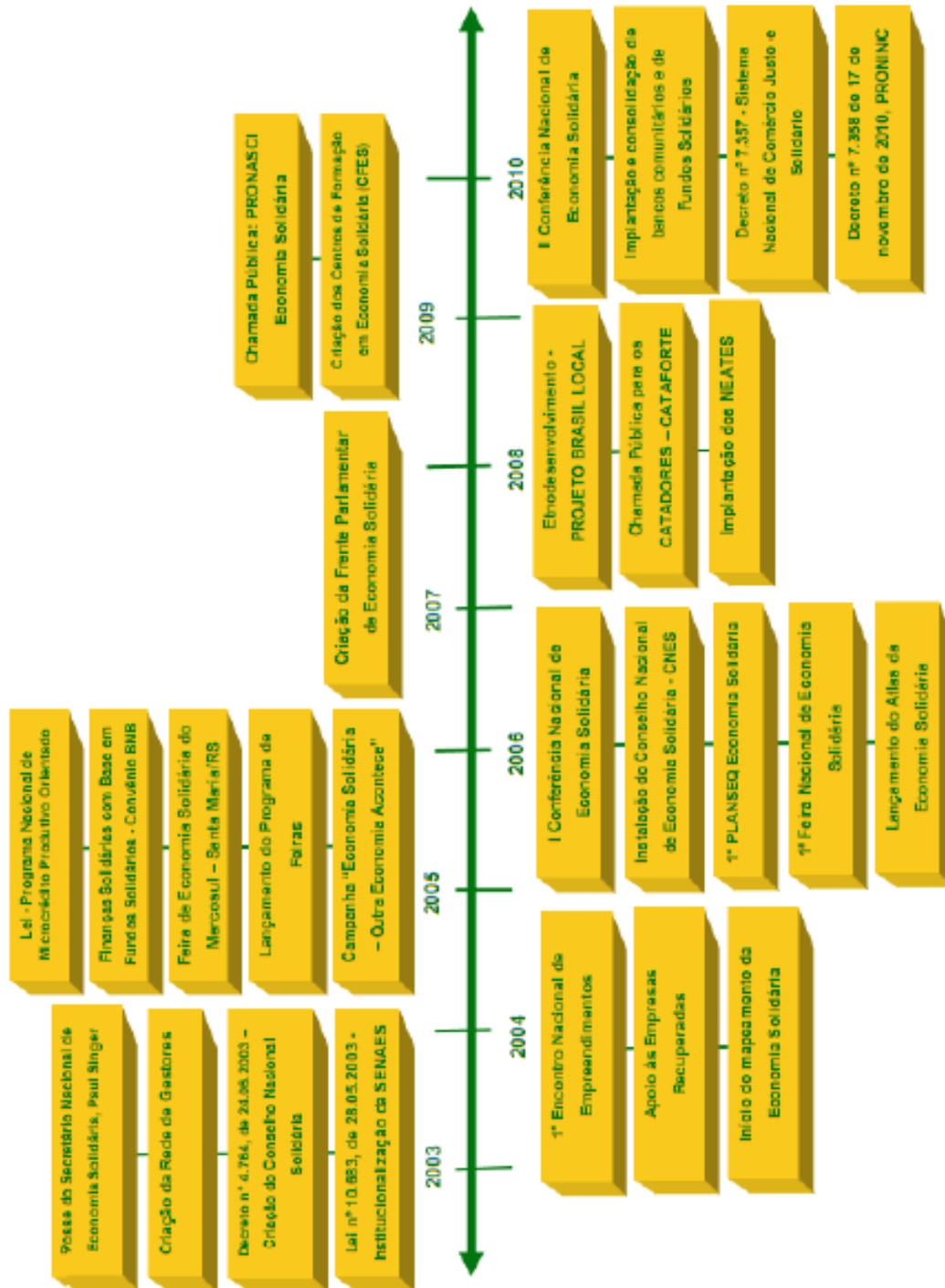
XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência; e

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Observe a Ilustração 2. Ela demonstrará os passos da Economia Solidária no Brasil a partir da criação da SENAES.

Ilustração 2: Linha do Tempo da SENAES



Fonte: Projeto "Sistematização e Análise da Política Pública de Economia Solidária – SENAES 2003/2010"

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) também se estrutura um pouco depois da SENAES na oportunidade da III Plenária Nacional. O FBES fica com o compromisso de mobilizar e articular as bases de Economia Solidária no país tendo a Carta de Princípios e a Plataforma de Lutas como ferramenta. É um objetivo também a comunicação

mais próxima entre o Fórum e a Secretária para desenvolver e organizar os interesses sociais, econômicos e políticos das organizações sociais.

O Fórum Nacional foi ampliado nas instâncias estaduais e municipais. Com a expansão do debate, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária acontece em meados de agosto de 2014 com a participação de 2500 trabalhadores vindo de todos os estados do Brasil.

A Economia Solidária tem o desafio nesse processo de gerir o abastecimento, a comercialização, de trabalhar com uma moeda social, de promover rodadas de negócios, de realizar feiras em todos os estados, de fazer a promoção do consumo consciente, do comércio justo e solidário, de construir as redes, as cadeias produtivas, de promover as finanças solidárias.

O III Fórum Social Mundial traz a oportunidade do encontro de diversos representantes da Economia Solidária da América Latina. Esse momento promoveu a integração regional do movimento da Economia Solidária e agrega a agenda do FBES essa articulação com outros países do continente.

No ano de 2006 foram realizadas Conferências Estaduais para escolha dos delegados e a definição das reivindicações e propostas do movimento. Essas definições levaram a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, em junho do mesmo ano. Na conferência foram discutidas as resoluções votadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e as propostas no campos das políticas públicas voltadas à Economia Solidária.

Até antes que acontecesse a IV Plenária em março de 2008, a representação nacional estava composta por 16 entidades nacionais divididas pela sua natureza e área de atuação. Para a representação dos empreendimentos são: a Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafs, Unisol Brasil. As entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento são: ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs e a Rede Unitrabalho. As redes mistas com a representação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. E por fim a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária surge com a missão de ampliar o debate e proposição de ferramentas dentro do Estado para o fomento ao desenvolvimento da ES, e também para estimular e fortalecer a participação social nas

decisões de políticas públicas. A Rede Nacional é formada por gestores de políticas de ES das prefeituras, dos governos estaduais e federal. Ela toma forma desde o início da criação do FBES em 2001.

A representação nacional e articulação do movimento acontecia através da Coordenação Nacional, composta pelas dezesseis entidades e redes nacionais, três representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), sendo dois trabalhadores dos empreendimentos e um de entidade ou de rede de gestores.

Em pouco tempo de articulação do FBES, é sensível o crescimento das articulações da Economia Solidária. Os dados expressam que em 2002 a ES se manifestava em cinco estados brasileiros. Já em 2003, um ano depois, as plenárias já aconteciam em dezessete estados. Em 2006 os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os vinte e sete estados do Brasil. Essa evolução vem gerando também intercâmbios internacionais em especial dentro dos países da América Latina através da Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS).

É importante salientar que o FBES demonstra a capacidade das pessoas de se organizarem em torno de um interesse comum. Transformando um movimento espaçado em uma organização ampla, com representatividade nacional e mais, institucionalizado. Visto a nível governamental. Contudo, esses avanços representados pela criação da SENAES e do Conselho Nacional, demonstra uma necessidade do FBES ter mais estratégias na construção de um projeto de sociedade, absorvendo mais o seu papel político.

O FBES antecede ações relevantes dentro do campo da Economia Solidária. A organização do movimento, associado as instituições do Governo (Ministério do Trabalho e Emprego através da SENAES) conseguem demarcar e qualificar essas manifestações de ES, com os Empreendimentos Solidários distribuídos pelo território nacional. Em dois momentos isso aconteceu: com o mapeamento em 2007 e o Atlas da Economia Solidária no Brasil em 2013. Confirmando a capacidade de organização do movimento.

A III Conferência Nacional é a que consolida de fato a formatação de um Plano Nacional de Economia Solidária. Ela aconteceu no período de 26 a 29 de novembro de 2014, em Brasília reunindo mais de 1.600 participantes entre delegados/as, convidados/as e observadores/as, para debater o Tema: “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. A seguir, uma parte da explanação feita na apresentação do Plano Nacional.

A política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira. Nesse sentido, os últimos anos foram fundamentais para a expansão das políticas públicas de economia solidária em âmbito nacional, fortalecendo um amplo movimento que envolve os esforços de organizações da sociedade civil e de governos municipais e estaduais, cuja finalidade é potencializar estratégias de geração de trabalho associado e de cooperação em atividades de produção, comercialização e consumo, articuladas a processos sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

As Conferências Públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas. As duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, traçaram orientações e diretrizes que foram fundamentais para os avanços nas políticas de economia solidária no Brasil. Por isso, o Conselho Nacional de Economia Solidária convocou a 3ª Conferência, com os seguintes objetivos:

I - realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária; II - promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil; III - elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária; e IV - elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país. (SENAES, 2014).

Partindo dessas diretrizes o Plano é elaborado a partir da análise do contexto e da visão do futuro do movimento. A intenção é de definir os objetivos, as estratégias e as linhas de ação para a formulação dos projetos e ações. Os eixos principais do Plano Nacional são descritos da seguinte forma:

EIXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional. **EIXO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO:** definições estratégicas, considerando a análise do contexto e as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária. **EIXO III - LINHAS DE AÇÃO E DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PLANO:** elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades.

[...]

A intenção é clara: fomentar e fortalecer políticas públicas de economia

solidária no âmbito municipal, territorial e estadual, implica também no fortalecimento das bases sociais e ampliação da força política e organizativa dos sujeitos, como condições para conquistar soluções permanentes e adequadas às necessidades e exigências da economia solidária e dos processos de desenvolvimento sustentável e solidário. (SENAES, 2014)

O Plano nacional é desenvolvido seguindo esses parâmetros com o objetivo de amparar os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nessa tarefa árdua de produzir, comercializar, sobreviver num ambiente hostil de mercado.

O FBES é um instrumento do movimento da ES, feito para a articulação e diálogo entre os diversos movimentos sociais focados na construção de um outro desenvolvimento sócio-econômico do país. A função do FBES é integrar os três segmentos da Economia Solidária. São eles: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de assessoria e/ou fomento e os Gestores Públicos.

Os Empreendimentos de Economia Solidária são a representação concreta do descrito nas teorias de Economia Solidária. Eles seguem os princípios de autogestão, em que todos os que trabalham são também donos.

As características principais dessas organizações são: serem coletivas e suprafamiliares, onde os participantes podem ser tanto do meio rural quanto urbano e exercem os princípios de autogestão tanto nas atividades quanto nos resultados. São as associações, cooperativas, grupos informais, grupos de produção, clubes de trocas entre outros.

Uma segunda característica que determina como sendo um EES é que eles precisam ser permanentes. Não podem ser eventuais. Mesmo que ainda em processo de implantação, tem que estar definido a atividade econômica dentro das características de autogestão. Não necessariamente, precisam ter um registro legal. Prevalece a existência do empreendimento ou vida regular da organização.

Uma outra característica importante é que a administração do empreendimento deve ser coletiva e democrática. As decisões dos empreendimentos são tomadas em conjunto. Se existir dirigentes, estes são eleitos pelos sócios e alterado também se não estiver respondendo as expectativas dos membros.

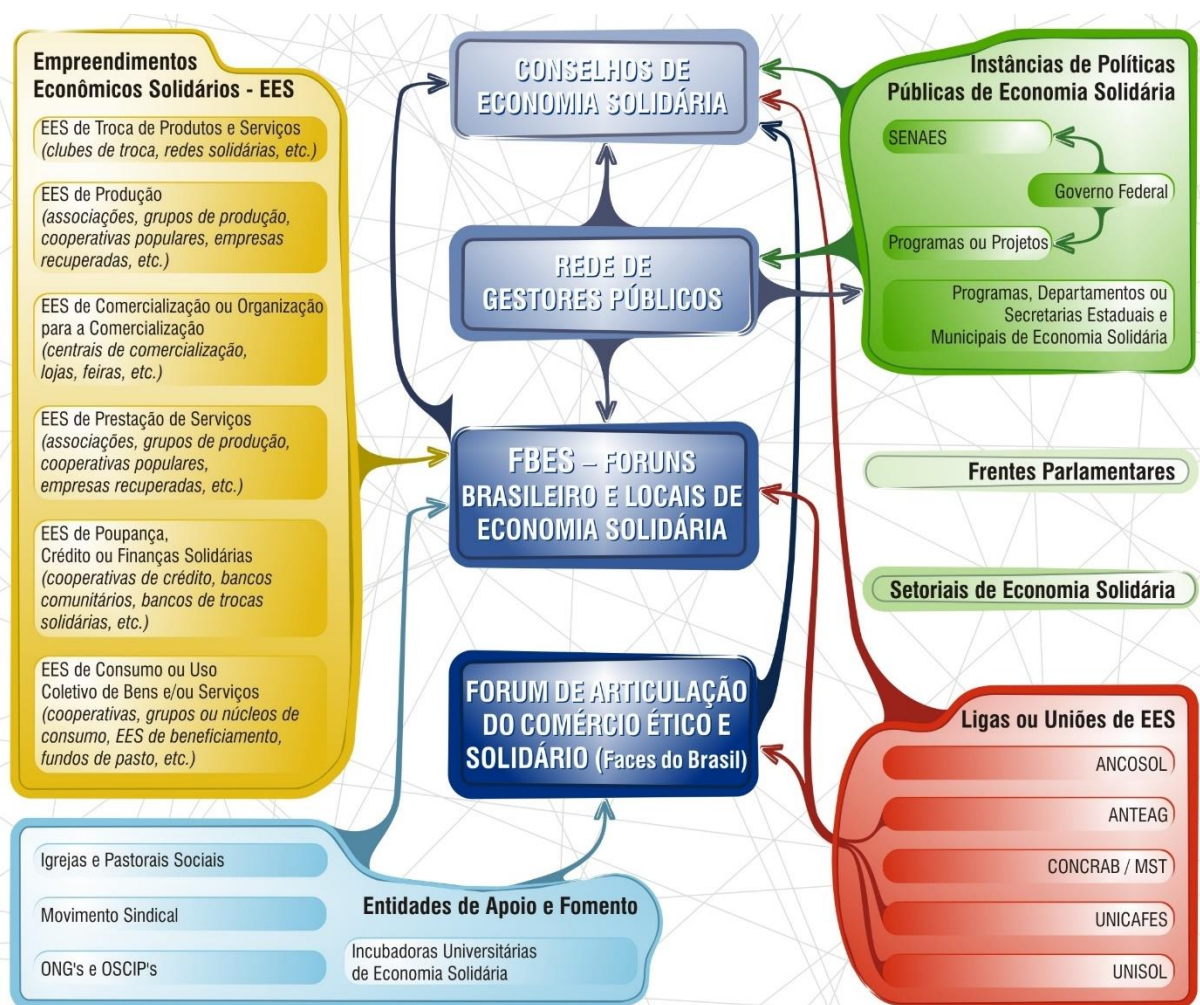
As Entidades de assessoria e/fomento tem a função de fornecer suporte, um apoio direto aos empreendimentos solidários e desenvolver ações de capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento ao crédito, assistência técnica e organizativa.

Os Gestores Públicos estão diretamente ligados às políticas de economia solidária das prefeituras e governos estaduais. Tem como função elaborar, executar, implementar e/ou coordenar essas resoluções.

Portanto, o Governo, os fóruns, as redes, as entidades de apoio, as ligas de EES, estão interligados em dar suporte e fazer funcionar e progredir esses empreendimentos.

A seguir, a Ilustração 3 representa as relações das diversas instituições e entidades que interagem para o funcionamento do movimento da Economia Solidária.

Ilustração 3: Rede de Interligação da Economia Solidária no Brasil



Fonte: FBES, 2003.

O cenário atual brasileiro demonstra que entorno de 50% dos trabalhadores brasileiros estão fora do mercado de trabalho convencional, sobrevivendo a margem da estrutura capitalista e das relações assalariadas tradicionais. Esse dado consta na Carta de Princípios da Economia Solidária disponível no site do FBES, 2003.

Com várias denominações, desde a Economia Solidária aqui estudada, e outras como: economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, etc. Estas passam a propiciar a sobrevivência e a melhora das condições de vida dessa população. O que norteia essas práticas estão embasadas em relações de colaboração solidária, “inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.” (FBES, 2003).

As informações que virão a seguir demonstraram a abrangência dessas relações solidárias na esfera da Economia Solidária. O recorte será para a análise específica dos dados da Bahia. Todos os dados colhidos através dos mapeamentos nacionais demonstram o quão organizado o movimento se encontra. Os objetivos de estruturar um sistema de finanças solidárias, sem que haja concentração de lucros prejudicando os associados; desenvolver cadeias produtivas solidárias, articulando o consumo, a produção, a comercialização e as finanças gerando as oportunidades de trabalho.

2.1 O que é o SIES

As pesquisas sobre a economia solidária no Brasil passaram a dispor de uma nova e importante base de informações, oriunda do Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Assim agrega informações de 27 Unidades da Federação, sobre o perfil dos empreendimentos, como também suas estratégias é um assunto relevante. Os estudos acadêmicos sobre a economia solidária multiplicaram-se nos últimos anos, mas a existência de um Mapeamento destes empreendimentos permite uma mudança de escala nas análises e a rediscussão de teses importantes, presente no debate teórico e de políticas públicas.

Conceitualmente, trata-se de aferir a presença de uma racionalidade socioeconômica

peculiar aos empreendimentos de economia solidária, derivada de sua natureza associativa e de características tais como: as práticas de autogestão e o entrelaçamento com as redes de Economia Solidária, hoje alinhadas numa ampla mobilização nacional e internacional de construção da identidade política e do movimento social da economia solidária.

O Mapeamento contém indicadores importantes quanto ao modo e ao grau como os empreendimentos de economia solidária respondem aos desafios do presente.

Desde a criação do SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária em junho de 2003, o órgão já tinha como proposta a realização de um levantamento de informações amplo e a criação de um banco de dados nacional sobre a Economia Solidária. A realidade já demandava este reconhecimento a fim de facilitar medidas de políticas públicas, além de um maior conhecimento do perfil desta forma de geração de trabalho e renda. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), é o resultado deste mapeamento, e consiste em um banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

2.2 O Mapeamento de 2007

O Mapeamento finalizado em 2007, teve início na captação dos dados no ano de 2003. Com a mobilização de equipes gestoras distribuídas por todo o país, em 2006 criou-se o banco de dados nacional, o SIES. Nessa primeira base de dados o levantamento de empreendimentos cadastrados foram de 14954 EES. Já em 2007 houve uma ampliação do banco de dados, registrando 21859 EES cadastrados. A Bahia teve o registro de 1611 EES cadastrados.

O acesso aos dados é feito através do site do ministério do trabalho e emprego, MTE, um pouco mais complexo o acesso, mas com dados mais minuciosos. Eles estão dispostos em tabelas e a pesquisa pode ser feita por regiões ou por Estados. A apresentação por Estado, traz as cidades e as quantidades de empreendimentos por cada uma.

2.3 O Mapeamento de 2013

O Mapeamento finalizado em 2013 tem como fonte de informações os dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Esse segundo mapeamento veio para atualizar as informações do primeiro que finalizou em 2007. Estão registrados 19708 empreendimentos em todo o país. A Bahia conta, com base nesse mapeamento, 1452 empreendimento registrados.

A página on-line do Sies disponibiliza um Atlas de fácil acesso as informações. As informações estão dispostas em tabelas divididas de acordo a seleção feita nos ícones principais. O acesso inclui: atividade econômica dos EES, número de sócios e sócias, perfil social, a participação no movimento e outras características.

A análise das informações coletadas estarão distribuídas no próximo capítulo de acordo com os dados que foram obtidos. Se possível comparando os mapeamentos e observando as mudanças entre eles.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA

Em 2007, reconhecendo um conjunto de práticas já existentes no Brasil, foi criado pelo então governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com o intuito de apoiar essas ações a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Sua criação resultou-se de uma manifestação encaminhada por carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao recém-eleito governador, Jaques Wagner, reivindicando a criação de uma esfera institucionalizada no estado para assumir a responsabilidade de programar uma política estadual de apoio e fomento à Economia Solidária na Bahia.

Nessa Carta do Fórum, que apresentava, entre outras reivindicações, ações relacionadas ao marco legal, a criação de Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL), e a democratização de acesso a recursos públicos através do lançamento de editais. Também se buscou conhecer outras iniciativas de políticas públicas desenvolvidas no âmbito municipal, por algumas prefeituras do país, a exemplo de prefeituras como a de Osasco e Londrina. Referências outras também foram utilizadas, como artigos, dissertações, teses, participação em seminários etc. Ademais, contou-se também com a experiência e dedicação de equipes técnica no propósito de contribuir para a implementação de uma política de Economia Solidária que gerasse resultados efetivos para os empreendimentos baianos.

3.1 Características

Na Bahia ocorreu a busca pela viabilização e alternativas de trabalho, que fez surgir formas de cooperativismo ou associativismo, dentre outras formas de organização dos trabalhadores que visam serem inseridos no mercado de trabalho e renda, procurando conquistar uma participação cidadã com inclusão social. Marcada pelo latifúndio, a economia baiana caracterizou-se até a década de 1960, pela produção de produtos predominantemente agrícola, como o cacau, sisal e fumo, voltados predominantemente para a exportação. Esse modelo primário-exportador garantiu a liderança do setor agrícola na composição do PIB estadual e na pauta de exportações baianas, até meados da década de 1970.

Assim, o surgimento do sistema de Economia Solidária, foi uma forma encontrada

pelos trabalhadores e população marginalizada também aqui na Bahia para desenvolver trabalho e renda como alternativa ao modelo agroexportador que predominou e ainda predomina no Estado. Cabe ressaltar que o objetivo da economia solidária não se restringe apenas à dimensão econômica, ela procura constituir novas relações sociais, baseadas em valores como solidariedade e cooperação, que favorecem a participação do cidadão na sociedade.

No caso do estudo em questão serão demonstradas as informações da Bahia. O Mapeamento de 2007 inicia-se descrevendo as características gerais dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES). O primeiro ponto a ser demonstrado é o número de EES, seguindo da quantidade de participantes. O segundo Mapeamento, de 2013, também possui essas informações. Abaixo, segue as informações dos dois mapeamentos.

Tabela 1 –Números de EES

Mapeamento 2007	1611
Mapeamento 2013	1452

Fonte: ATLAS 2007 e ATLAS 2013.

Tabela 2 – Participantes nos EES

Mapeamento	Homens	Mulheres	Total
Mapeamento 2007	73.765	47.726	121.491
Mapeamento 2013	50.011	43.498	93.509

Fonte: ATLAS 2007 e ATLAS 2013.

Comparando os dois mapeamentos, houve uma redução na quantidade empreendimentos de aproximadamente 10%. Aconteceu uma redução dos participantes dos empreendimentos também, mais sensivelmente de homens em torno de 32% e de mulheres próximo a 9%. De uma forma geral a queda de participantes ficou na casa de 23%.

O próximo ponto a ser visualizado é a categoria social dos participantes. O Mapeamento de 2007 não vislumbra esse ponto. Essa informações constam no Mapeamento de 2013 e subdivide nas categorias a seguir:

Tabela 3 – Bahia Mapeamento 2013: Categoria Social

Categoria Social dos sócios e sócias	Quantidade
Agricultores familiares	1.112
Artesãos	115
Artistas	13
Assentados da reforma agrária	49
Catadores de material reciclável	17
Garimpeiros ou mineiros	7
Técnicos, profissionais de nível superior	9
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	44
Desempregados (desocupados)	32
Não se aplica ou não há predominância	54
Total	1.452

Fonte: ATLAS 2013

A tabela demonstra que a grande maioria dos empreendimentos está composto por agricultores familiares que representa 77% do total, seguido, com uma distância considerável, dos artesãos com 8%.

Essa diferença fica mais visível quando avaliada a área de atuação dos empreendimentos. A Rural engloba 79% dos empreendimentos, a Urbana fica com 13% e os empreendimentos que atuam nas duas áreas Rural e Urbana representam 8%.

Tabela 4 – Mapeamento 2013: Área de atuação do empreendimento

Área de atuação do empreendimento	Rural	Urbana	Rural e Urbana	Total
Mapeamento 2013	1.153	190	109	1.452

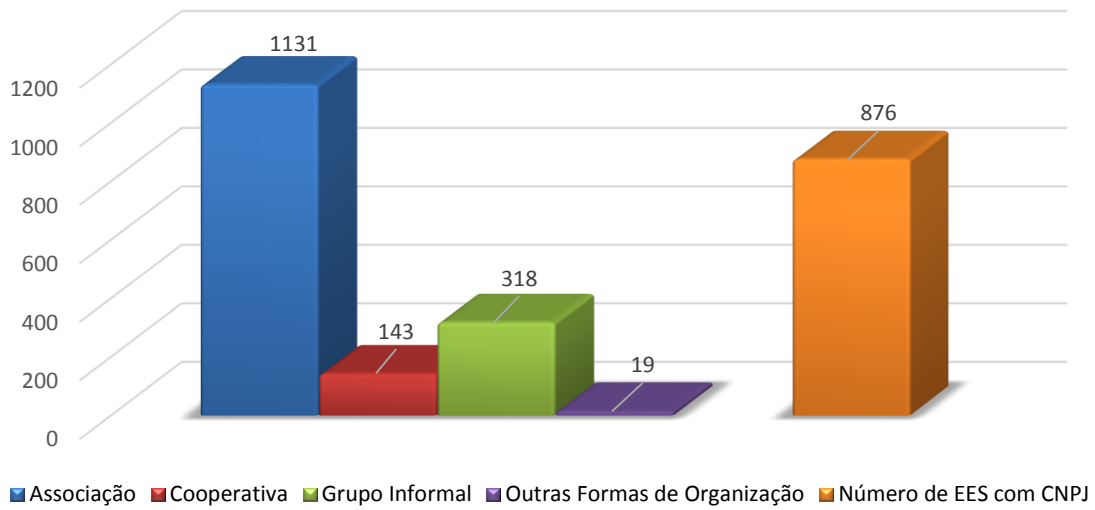
Fonte: ATLAS 2013

A seguir, demonstra-se como estão distribuídos os EES na Bahia nos dois mapeamentos de acordo as formas de organização.

Tabela 5 – Bahia Mapeamento 2007: Formas de Organização

Forma de Organização	Quantidade
Associação	1131
Cooperativa	143
Grupo Informal	318
Outras Formas de Organização	19
Total	1611

Fonte: ATLAS 2007

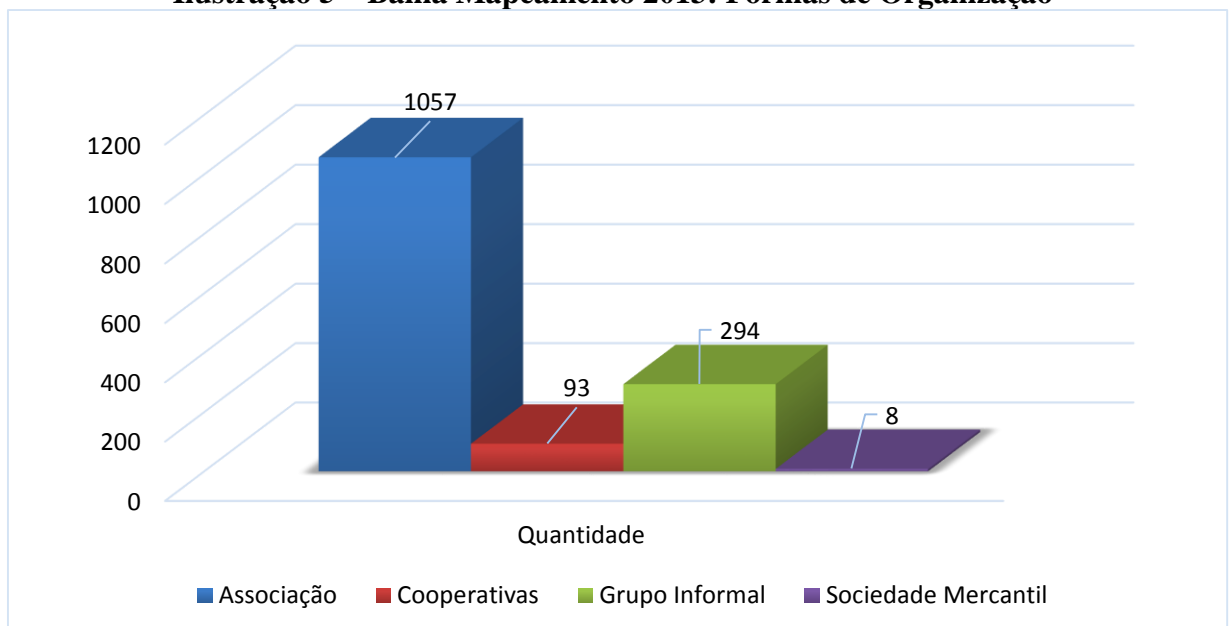
Ilustração 4 – Bahia Mapeamento 2007: Formas de Organização

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ATLAS 2007

Tabela 6 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de Organização

Forma de Organização	Quantidade
Associação	1057
Cooperativas	93
Grupo Informal	294
Sociedade Mercantil	8
Total	1452

Fonte: ATLAS 2013

Ilustração 5 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de Organização

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ATLAS 2013.

Todas as formas de organização reduziram de um mapeamento para o outro. As associações reduziram de 1131 do primeiro mapeamento de 2007, para 1057 no segundo mapeamento de 2013. As cooperativas também tiveram uma queda; passaram de 143 do mapeamento de 2007 para 93 no mapeamento de 2013. Os grupos informais reduziram de 318 em 2007 para 294 em 2013.

Existem alguns motivos para a diferença entre os dois. Uma primeira seria a dificuldade do senso de revisitar os empreendimentos. Uma outra, por conta de uma mortalidade natural de alguns deles, como acontece também em organizações privadas convencionais. Dificuldades com financiamento dos empreendimentos, apoio governamental, crédito. Outro motivo seria esses empreendimentos passarem a não atender às características de um empreendimento solidário. Tornaram-se empresas convencionais.

Vale salientar que, segundo Gaiger (2014, p.22), a coleta de dados teve algumas peculiaridades que influenciaram no resultado final da segunda pesquisa. Uma delas se faz necessário comentar, já que influencia diretamente na análise que está sendo feita. Ela trata que houve uma identificação prévia dos empreendimentos, para um cálculo do orçamento necessário para mapeá-los. Em casos de EES identificados ou criados pouco antes da pesquisa, ficaram descobertos por ela. Isso acarretou uma deficiência nas informações finais.

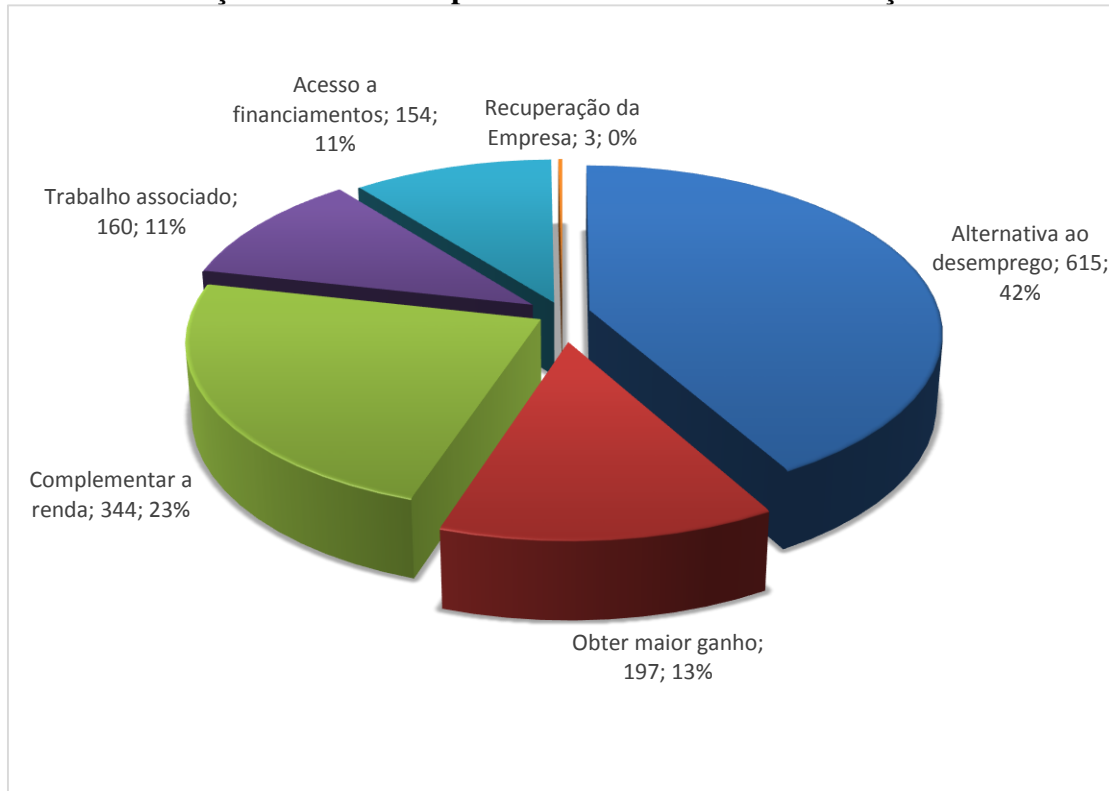
Apesar disso os comparativos serão feitos entre os mapeamentos quando possível e explanados individualmente quando não houver possibilidade de cruzar os dados por diferenças de metodologia de pesquisa.

Outra forma de visualização dos mapeamentos, levando em conta as características, diz respeito ao que motivou a criação desses Empreendimentos de Economia Solidária. A frente, serão demonstrados os resultados dos questionários dos dois mapeamentos.

Tabela 7 – Bahia Mapeamento 2007: Motivo de Criação dos EES

Motivo de Criação dos EES	Quantidade
Alternativa ao desemprego	615
Obter maior ganho	197
Complementar a renda	344
Trabalho associado	160
Acesso a financiamentos	154
Recuperação da Empresa	3

Fonte: ATLAS 2007

Ilustração 6 – Bahia Mapeamento 2007: Motivo de Criação dos EES

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ATLAS 2007

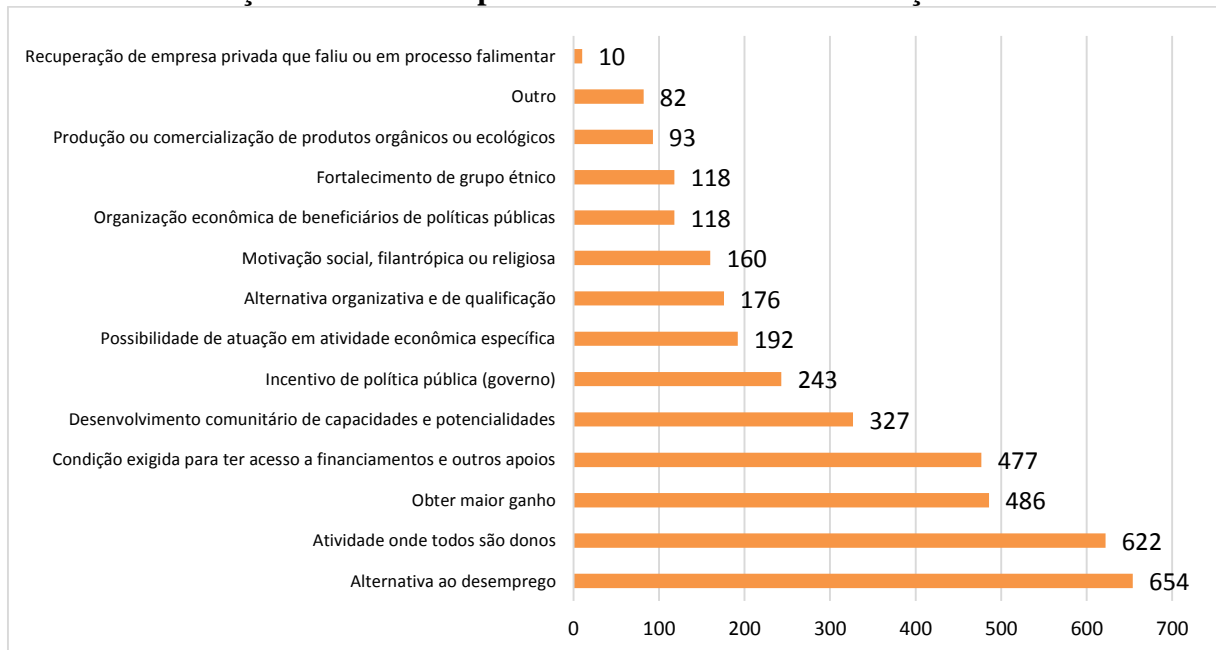
Tabela 8 – Bahia Mapeamento 2013: Motivo de Criação dos EES

Motivo de Criação dos EES	Quantidade
Alternativa ao desemprego	654
Atividade onde todos são donos	622
Obter maior ganho	486
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	477
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	327
Incentivo de política pública (governo)	243
Possibilidade de atuação em atividade econômica específica	192
Alternativa organizativa e de qualificação	176
Motivação social, filantrópica ou religiosa	160
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	118
Fortalecimento de grupo étnico	118
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	93
Outro	82
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	10

Compreendem um total de 1.452 EES. Questão de múltipla escolha.

Fonte: ATLAS 2013.

Ilustração 7 – Bahia Mapeamento 2013: Motivo de Criação dos EES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ATLAS 2013.

A princípio, já se faz visível as diferenças de metodologia usada nos mapeamentos. O primeiro deles, finalizado em 2007, traz seis alternativas de resposta, sendo que a resposta contemplaria somente uma alternativa, a que representasse mais o empreendimento. Observa-se na Tabela 7 e no Ilustração 6, a disposição das alternativas e as proporções das respostas. A ‘alternativa ao desemprego’ vem a frente, seguido da ‘complementação da renda’.

O segundo mapeamento finalizado em 2013, traz um outro formato de questionários. Houve uma ampliação nas alternativas e a possibilidade de associar o empreendimento a mais de um motivo de criação. Apesar da abrangência das respostas, a ‘alternativa ao desemprego’ ainda vem a frente das motivações.

Com a abertura do leque das possibilidades das respostas, aparece um segundo ponto, o de ‘atividade onde todos são donos’, demonstrando um maior entendimento dos envolvidos sobre as condições de cooperação ou talvez uma forma encontrada pelos líderes de trazer esses associados mais para perto do empreendimento; uma relação mais aproximada de participante/sócio/dono.

Em um outro questionário sobre as principais conquistas dos empreendimentos, vide Tabela 9, contempla essa relação. A integração do grupo/coletivo toma maior proporção, seguido das conquistas para a comunidade local. Organizados e associados os participantes tem mais condições para gerar a renda e produzir do que se estivessem sozinhos.

Tabela 9 – Bahia Mapeamento 2013: Principais conquistas do EES

Principais conquistas do EES	Quantidade
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios	581
A autogestão e o exercício da democracia	495
A integração do grupo / coletivo	751
O comprometimento social dos sócios	364
Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)	667
A conscientização e compromisso público (com a emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)	184
Outra	129

Compreendem um total de 1.452 EES. Questão de múltipla escolha.

Fonte: ATLAS 2013.

Apesar disso, gerar renda e viabilizar economicamente o empreendimento ainda são os maiores desafios dos EES. Manter a união do grupo e garantir proteção social, também são grandes preocupações. O movimento é organizado, institucionalizado. No entanto, falta ainda segurança para os trabalhadores.

Tabela 10 – Bahia Mapeamento 2013: Principais desafios do EES

Principais desafios do EES	Quantidade
Viabilizar economicamente o empreendimento	1.076
Gerar renda adequada aos sócios	1.133
Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os sócios	632
Efetivar a participação e a autogestão	552
Alcançar a conscientização e a politização dos sócios	476
Alcançar maior conscientização ambiental dos sócios	502
Promover a articulação com outros empreendimentos e como o movimento de economia solidária	553
Manter a união do grupo/coletivo	674
Outro	252

Compreendem um total de 1.452 EES. Questão de múltipla escolha.

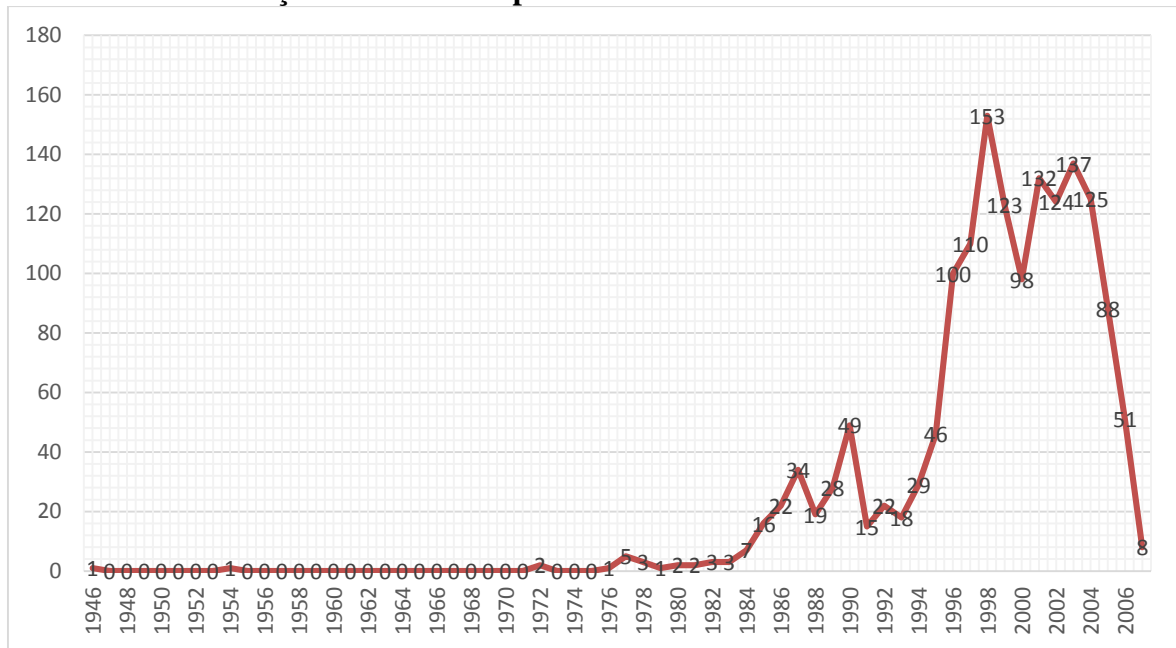
Fonte: ATLAS 2013.

No Brasil os primeiros empreendimentos se iniciaram em 1901. Um deles em Caiçara do Norte-RN e o outro em Castro-PR. A Bahia tem seu primeiro empreendimento solidário datado em 1946, na cidade de Livramento de Nossa Senhora e o segundo empreendimento só aparece em 1954 na cidade de Andorinha. Os picos de criação dos EES

acontecem no final da década de 1990, início da década de 2000.

Infelizmente, no Mapeamento de 2013 não existe uma continuidade na informação do nascimento dos empreendimentos. Nesse caso, inviabiliza demonstrar a evolução do surgimento dos empreendimentos e o nível de mortalidade deles. Quais foram revisitados e quais são novos desde o último mapeamento.

Ilustração 8 – Bahia Mapeamento 2007: Ano de Início dos EES



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de ATLAS 2007

3.2 Atividades Econômicas

Os mapeamentos determinam as informações acerca das ‘atividades econômicas’ com metodologias diferenciadas. Em alguns casos é possível comparar, em outros não. Mesmo assim, serão demonstrados a maior quantidade de informações dos dois mapeamentos.

As organizações solidárias na Bahia tem em sua maioria as seguintes características: De serem empreendimentos rurais, voltadas para produção de itens primários no setor agropecuário e extrativista.

O mapeamento de 2007 contempla os Segmentos Econômicos. Descreve a

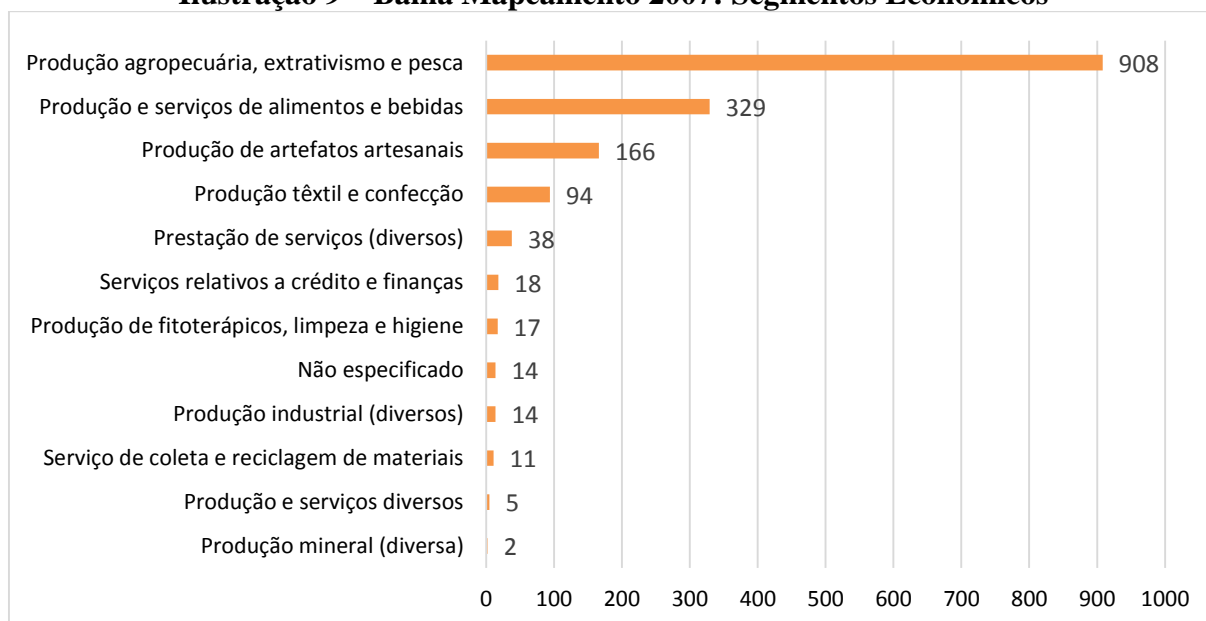
distribuição dos empreendimentos de acordo ao tipo de atividade econômica que exercem. A maioria dos empreendimentos estão ligados a atividades rurais.

Tabela 11 – Bahia Mapeamento 2007: Segmentos Econômicos

Segmentos Econômicos	Quantidade
Prestação de serviços (diversos)	38
Produção agropecuária, extrativismo e pesca	908
Produção de artefatos artesanais	166
Produção de fitoterápicos, limpeza e higiene	17
Produção e serviços de alimentos e bebidas	329
Produção e serviços diversos	5
Produção industrial (diversos)	14
Produção mineral (diversa)	2
Produção têxtil e confecção	94
Serviço de coleta e reciclagem de materiais	11
Serviços relativos a crédito e finanças	18
Não especificado	14

Fonte: ATLAS 2007

Ilustração 9 – Bahia Mapeamento 2007: Segmentos Econômicos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de ATLAS 2007

O Mapeamento 2013 não considera essa informação sobre os segmentos econômicos. Pode-se supor a partir das informações da Tabela 4, que sendo a área de atuação basicamente rural, esses segmentos se mantiveram provavelmente com essas mesmas características.

Já as atividades econômicas só está contemplada no Mapeamento de 2013. Elas

demonstram que os Empreendimentos são em sua maioria para consumo entre si e utilização de bens/ equipamentos e serviços pelos sócios. A segunda maior atividade diz respeito a produção de bens.

Tabela 12 – Bahia Mapeamento 2013: Atividade Econômica Principal

Atividade Econômica Principal do Empreendimento	Quantidade
Troca de Produtos ou Serviços	22
Produção ou produção e comercialização	545
Comercialização ou organização da comercialização	85
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	48
Poupança, crédito ou finanças solidárias	11
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	741
Total de Empreendimentos	1.452

Fonte: ATLAS 2013.

Quanto a origem dos insumos/matérias primas o Mapeamento de 2007 descreve que a maior fonte advém da empresa privada.

Tabela 13 – Bahia Mapeamento 2007: Origem dos Insumos

Origem dos Insumos	Quantidade
Outros EES	64
Empresa privada	872
Associados do EES	386
Doação	73
Coleta	32

Fonte: ATLAS 2007

Já no mapeamento de 2013 a origem dos insumos/matérias-primas é mais diversificada e tem características diferentes dependendo da atividade econômica. Se for feita a análise a partir da produção as características se mantem de um mapeamento para o outro, contemplando a empresa privada como a maior fornecedora de insumos/matérias-primas.

Porém, em outros tipos de atividade econômica, como o consumo, esses insumos tem origem principal os órgãos públicos. Mais à frente, Tabela 24, observa-se que esses empreendimentos tem por característica principal a utilização coletiva de infraestrutura, terra, equipamento o que pode responder a questão dos insumos providos pelo Estado.

Tabela 14 – Bahia Mapeamento 2013: Origem dos Insumos

Origem dos Insumos ou matérias primas	Produção	Comercialização	Consumo	Total
Outros EES	46	16	15	77
Empresa privada	364	16	107	487
Associados do EES	242	67	240	549
Produtores não-sócios	81	11	20	112
Instituições Filantrópicas ou não-mercantis	14	1	35	50
Órgãos públicos	31	0	469	500

(Questões de múltipla escolha)

Fonte: ATLAS 2013.

Uma informação positiva é que os recursos resultantes das diversas atividades paga as despesas (Tabela 15) e ainda sobram para outros destinos (Tabela 16) como despesas não previstas, realização de outros investimentos, ou ainda distribuir entre ou sócios ao final de um ciclo.

Tabela 15 – Bahia Mapeamento 2013: Destinação dos recursos

Destinação dos recursos resultantes das atividades econômicas	Quantidade
Pagar as despesas e ter uma sobra / excedente	850
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	327
Não deu para pagar as despesas	151
Não se aplica (para EES que não visam esse tipo de atividade)	124

Fonte: ATLAS 2013.

Tabela 16 – Bahia Mapeamento 2013: Destinação das sobras

Destinação das sobras / excedentes do último ano	Quantidade
Fundo / reserva para realizar investimento	427
Fundo / reserva para assistência técnica e educacional	29
Fundo / reserva para apoio a outros empreendimentos ou organizações	15
Fundo / reserva para qualquer eventualidade não prevista	574
Distribuição entre os sócios	198
Integralização de capital	24
Outro tipo de destino para a sobra / excedente	21

Fonte: ATLAS 2013.

3.3 Comercialização

A Economia Solidária produz bens, que vão da prestação de serviços, concessão de crédito (ou seja, de finanças solidárias), da comercialização e de consumo solidário; nos módulos rurais em que atua incentiva a organização do trabalho em cooperativas.

Os empreendimentos estão separados de acordo suas atividades. Se são EES onde o foco é a produção, onde a comercialização é o foco principal, e ainda empreendimentos de consumo e empreendimentos voltados a prestação de serviços.

O primeiro ponto a ser demonstrado é a quem se destina a comercialização. Desde o primeiro mapeamento (tabela 17) o foco principal é a venda direta ao consumidor final. O segundo mapeamento segue essa mesma característica (tabela 18). Uma alteração importante na comparação entre os dois mapeamentos é a destinação a revendedores que diminuiu substancialmente. O que antes representava algo em torno de 37% da destinação dos bens produzidos, reduziu para 22%. Isso demonstra a redução dos atravessadores. A produção teve outros destinos mais próximos ao consumidor final. Um outro dado importante é a da venda para empresas privadas de produção que representa no mapeamento atual 4% da comercialização. Isso sugere que os empreendimentos não estão voltados a alimentar de mão de obra e produção mais barata empresas formais, as ‘coopergatos’, ao contrário das críticas em relação as funções desses empreendimentos solidários.

Tabela 17 – Bahia Mapeamento 2007: Formas de Comercialização

Formas de Organização	Quant. EES
Venda direta ao consumidor	821
Entrega a revendedores	509
Venda a órgão governamental	39
Troca com outros empreendimentos solidários	1
Venda a outros empreendimentos solidários	10

Fonte: ATLAS 2007

Tabela 18 – Bahia Mapeamento 2013: Comercialização de produtos

Forma de Comercialização dos Produtos	Produção	Comercialização	Total
Venda direta ao consumidor final	431	71	502
Venda a revendedores/atacadistas	162	41	203
Venda à órgão governamental	91	20	111
Venda para empresas privadas de produção	31	5	36
Venda a outros EES	29	10	39
Troca com outros EES	9	4	13
Outros	30	2	32

(Questões de múltipla escolha)

Fonte: ATLAS 2013.

A informação abaixo só é contemplada no mapeamento de 2013. Dentre os empreendimentos onde a área de atuação é a da comercialização, o questionário demonstra

que boa parte do que é comercializado acontece em primeiro lugar nas feiras, seguido das centrais de comercialização e por fim as lojas e espaços fixos de venda. Somente 85 empreendimentos tem como atividade principal a comercialização.

Tabela 19 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de organização da comercialização.

Formas de organização da comercialização utilizadas	Quantidade
Lojas ou espaços fixos de venda	26
Feiras	53
Centrais de Comercialização	32
Comércio Eletrônico	0
Total de Empreendimentos	85

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

Apesar das diferenças nas metodologias adotadas, comparando os dois mapeamentos, no de 2007 aparecem as maiores dificuldades de comercialização a existência de poucos clientes e a falta do capital de giro (tabela 20). Já o mapeamento de 2013, tem a falta do capital de giro e a estrutura como maiores dificuldades; em terceiro a questão da clientela (tabela 21).

Vale ressaltar que o número alto de ‘outras dificuldades de comercialização’ (tabela 20), com a ideia de informação enviesada, foi resolvida no segundo mapeamento com a ampliação das possibilidades de respostas.

Tabela 20 – Bahia Mapeamento 2007: EES com Dificuldades de Comercialização

Dificuldades de Comercialização	Quantidade de EES
Poucos clientes	246
Não tem capital de giro	201
Preço inadequado dos produtos	133
Não tem regularidade	89
Não tem registro legal	78
Não tem logística	66
Não tem escala	55
Ação dos atravessadores	51
Não sabe fazer vendas	24
Outros dificuldades de comercialização	260
Total de Empreendimentos	1.203

Fonte: ATLAS 2007

Tabela 21 – Bahia Mapeamento 2013: Principais dificuldades na comercialização.

Principais dificuldades na comercialização dos produtos	Quantidade
Falta de capital de giro	29
Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos, etc) inadequada	23
O empreendimento tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	18
Dificuldade ou custo elevado de transporte	16
Os preços praticados são inadequados	15
A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios	14
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	13
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	11
Precariedade das estradas para escoamento da produção	10
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe com evitar	8
Os compradores só compram em grande quantidade	8
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc)	7
Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização	7
Falta de registro sanitário ou alvará	5
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc)	4
Os produtos não são conhecidos	2
Total de Empreendimentos	85

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

A próxima informação só consta no mapeamento de 2007. Ela trata a questão da abrangência comercial dos empreendimentos. O Mercado Comunitário é o maior absorvedor dos produtos e serviços gerados pelos empreendimentos (tabela 22). Voltado para o mercado comunitário estavam 730 EES. As proporções diminuem de acordo cresce o tamanho do mercado. O Mercado Externo absorve a produção de 7 empreendimentos baianos. Nos dados nacionais fornecidos pelo SIES, a título de complementação, o comércio para o Mercado Externo abrange 113 empreendimentos dentre eles 57 estavam situados no Nordeste.

Tabela 22 – Bahia Mapeamento 2007: Abrangência Comercial

Abrangência Comercial	Quantidade de EES
Mercado Comunitário	730
Mercado Municipal	443
Mercado Micro-regional	197
Mercado Estadual	40
Mercado Nacional	33
Mercado Externo	7
Total de Empreendimentos	1.450

Fonte: ATLAS 2007

Outra informação que só consta no mapeamento de 2007 se refere ao atrativo ao tipo de produto/serviço oferecido (tabela 23). As preocupações dos empreendimentos em oferecer produtos/serviços diferenciados. Produtos sem agrotóxicos, demonstrar a importância do comércio justo e disponibilizar bens com preços bons e de qualidade.

Tabela 23 – Bahia Mapeamento 2007: Atenção aos Consumidores

Atenção aos Consumidores	Quantidade de EES
Oferta de produtos sem agrotóxicos	671
Incentivo ao comércio justo e solidário	537
Informações dos produtos ou serviços	684
Preços facilitam o acesso	549
Qualificação e qualidade do produto	196

Fonte: ATLAS 2007

As tabelas a seguir constam no mapeamento de 2013. Elas se referem aos EES onde a atividade principal é a do Consumo. Os participantes/sócios se unem para utilizar de forma coletiva infraestrutura, terra e equipamentos além de apresentar as produções para grupos parceiros. A tabela 24 demonstra que 85% desses empreendimentos estão voltados ao uso coletivo de da terra, infraestrutura e equipamentos. Comprova que os participantes de categoria social basicamente rural estão associados para esse fim. Diminuir custos de produção e viabilizar o acesso a equipamentos que sozinhos não conseguiriam.

Tabela 24 – Bahia Mapeamento 2013: Empreendimentos de Consumo

Empreendimentos cuja a atividade principal é o consumo	Quantidade
Cooperativa de Consumo	30
Associados ou rede de consumidores	78
Organização para a utilização coletiva de infraestrutura, terra, equipamento	633
Total de Empreendimentos	741

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

As formas de pagamento são bem diversas como demonstra a tabela 25. Do pagamento de mensalidades, taxas em dinheiro ou em equivalência de produtos/serviços ou até, em alguns casos, sem remuneração. O importante é que os participantes conseguem utilizar da infraestrutura sem que isso onere em demasiado a produção final. Mesmo porque a origem principal desses insumos utilizados (equipamentos/terra/infraestrutura), tem como origem órgãos públicos como foi descrito na tabela 14.

Tabela 25 – Bahia Mapeamento 2013: Forma de pagamento pelo consumo

Forma de pagamento pelo consumo ou uso de infraestrutura	Quantidade
Pagamento por produto e/ou serviço	102
Pagamento mensal (mensalidades)	210
Pagamento pelo uso (taxas) em dinheiro	221
Pagamento pelo uso (taxas) em equivalência produto e/ou serviço	146
Contribuição espontânea	35
Não há remuneração	173
Outra forma de pagamento	2
Total de Empreendimentos	741

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

A prestação de serviços é uma outra forma de atividade comercial dos Empreendimentos de Economia Solidária. Elas se destinam a clientes individuais (ou familiares), a empresas convencionais, a empreendimentos solidários, a entidades sem fins lucrativos e a órgãos governamentais. É compreensível que a prestação de serviços direta ao usuário toma maior parcela da atividade, já que é necessário um relacionamento direto com os clientes para prestar um trabalho.

Tabela 26 – Bahia Mapeamento 2013: Para quem se destina a prestação de serviços

Para quem se destina a prestação de serviços	Quantidade
Usuários/clientes individuais ou familiares	38
Empresas	14
Empreendimentos de Economia Solidária	13
Entidades sem fins lucrativos	8
Órgãos Governamentais	4
Total de Empreendimentos	48

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

Os próximos itens a serem contemplados dirão respeito a créditos e investimentos e será detalhado no item a seguir.

3.4 Crédito e Investimento

O Estado da Bahia implementou o Programa Bahia Solidária, através Secretaria de Trabalho e Renda, alocando recursos destinados ao programa no exercício do Plano

Plurianual (PPA) 2008-2011, que giraram em torno de R\$ 157,6 milhões. Parte desse recurso é proveniente do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado da Bahia (FUNCEP), segundo fonte do IPEA (2009)⁴.

Em 2008 foram aplicados cerca de R\$ 2.100.000 no apoio direto às organizações produtivas solidárias através de 61 convênios, beneficiando 9.098 famílias em 13 municípios do Estado. Estas ações são implantadas por meio de parceria entre a SETRE e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), no âmbito do Programa Produzir III, que conta com o apoio do Banco Mundial.

Os mapeamentos apresentam falhas para demonstrar esses dados com mais precisão. No entanto, é possível determinar quais empreendimentos ainda estão carentes de investimentos. É unânime nos dois mapeamentos (vide tabela 27) a necessidade de crédito. Apesar da redução dos EES ao longo da realização do segundo mapeamento, a proporção de empreendimentos de precisam de ajuda financeira manteve-se alta.

Tabela 27 – Necessidade de Crédito/Financiamento

Mapeamento	Sim	Não
Mapeamento 2007	1.389	222
Mapeamento 2013	1.158	294

Fonte: ATLAS 2007 e ATLAS 2013.

Tabela 27.1 – Bahia Mapeamento 2013: Acesso a crédito

Acesso a crédito nos últimos 12 meses	Quantidade de EES
Não buscou crédito ou financiamento	1131
Buscou e obteve crédito	107
Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	214
Total de Empreendimentos	1452

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

O mapeamento de 2007 demonstra a origem dos recursos de uma forma geral abrangendo todos os empreendimentos registrados (tabela 28). Os associados representavam sua maior fonte de recursos, recursos próprios. As doações e empréstimos vinham a seguir com menos expressividade.

⁴ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. <http://www.ipea.gov.br/portal/>

Tabela 28 – Bahia Mapeamento 2007: Origem dos Recursos

Origem dos Recursos	Quant. EES
Associados	1.059
Empréstimos	224
Doações	256

Fonte: ATLAS 2007

O Mapeamento de 2013 é feito a partir de outra análise. As subdivisões das atividades econômicas desmembram os tipos dos empreendimentos e analisa-os separadamente. Por esse motivo a origem dos recursos neste mapeamento só está demonstrada no setor de finanças. São 11 empreendimentos voltados a este setor. Dentre eles 9 cooperativas de crédito, 1 fundo rotativo/solidário e 1 outro tipo de organização financeira solidária (Tabela 29).

Tabela 29 – Bahia Mapeamento 2013: Formas de Organização Setor de Finanças

Formas de Organização Setor de Finanças	Quantidade
Cooperativas de Crédito	9
Banco Comunitário	0
Fundo rotativo ou fundo solidário	1
Outra	1
Total de Empreendimentos	11

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

A captação dos recursos é feita basicamente pelos depósitos dos associados, seguido dos repasses governamentais (Tabela 30). Não houve acesso a quanto representa esses valores monetariamente, para ser mensurado os valores investidos.

Tabela 30 – Bahia Mapeamento 2013: Origem dos recursos

Origem dos recursos operados pelo empreendimento	Quantidade
Associados – depósitos à vista e/ou a prazo	7
Órgãos governamentais – repasses de recursos públicos	4
Órgãos governamentais – recursos públicos não reembolsáveis (fundo perdido)	1
Organizações não- governamentais (doação ou fundo perdido)	1
Do próprio empreendimento – aplicações financeiras e outras formas de remuneração	7
Empresas (bancos) privadas	3
Outra	0
Total de Empreendimentos	11

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

As garantias principais utilizadas pelos empreendimentos financeiros (tabela 31) são o de aval solidário, seguido de garantias reais e comprovação de renda. Em poucos casos não existe a necessidade de garantias.

Tabela 31 – Bahia Mapeamento 2013: Modalidade de garantias utilizadas

Modalidade de garantias utilizadas	Quantidade
Aval Solidário	9
Comprovante de Renda	5
Garantias Reais	6
Outro	0
Não há necessidade de Garantia	2
Total de Empreendimentos	11

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

Os próximos itens dizem respeito ao apoio recebido por esses empreendimentos por instituições e entidades de fomento, ONGs, Incubadoras, Cáritas, entre outras. O que elas representam para a evolução e manutenção dos empreendimentos.

3.5 Apoio, Assessoria e Assistência Técnica

Em dezembro de 2008, dados do (IPEA, 2009)³, foi inaugurado em Salvador o primeiro CESOL com abrangência de atuação estadual. Antes da inauguração no prédio definitivo, O CESOL funcionou em um espaço provisório, atendendo 2.557 pessoas. Outros três centros públicos foram inaugurados em 2009, com abrangência regional/territorial e mais cinco estão entraram em atividade em 2011. Para a implementação de todos esses centros articula-se com representantes do movimento Economia Solidária, entre empreendimentos, entidades de assessorias, universidades, prefeituras e outras instituições públicas etc. Para além dessas possibilidades, a operacionalização dos conteúdos, a gestão técnica e o planejamento desse equipamento se dão através de conselhos gestor paritário constituído de entes do poder público e da sociedade civil.

Atualmente, existem no Brasil diversas organizações que atuam no plano do fomento e fortalecimento dessas formas de expressão da economia solidária. Essas organizações são estruturadas como Organizações não governamentais (ONGs), Incubadoras Tecnológicas Universitárias de Cooperativas Populares (ITCPs), Movimentos Sociais, Fóruns Nacionais e

Estaduais, entre outros. No meio do Movimento dos Trabalhadores rurais, criou em 2004, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que congrega atualmente cerca de 800 cooperativas nos ramos de produção, serviços e crédito. Outra iniciativa de destaque refere-se às ações da Igreja Católica, que passaram a desenvolver diversos projetos comunitários – como nos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira e a fomentar ações com base no trabalho associativo, como mecanismo de desenvolvimento local.

Várias experiências ocorreram desde o início da década de 1990 em alguns municípios, como em Porto Alegre (RS) e Santo André (SP). Desde então, tem-se identificado o aumento de experiências nessa área, nas três esferas administrativas, que culminaram, inclusive, em 2003, na criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inserida na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (SILVA, 2010). A partir de 2010, a Cáritas Brasileira assumiu a articulação nacional do Projeto Brasil Local, um convênio com o Senaes que tem como objetivo promover o desenvolvimento local através do fomento à constituição de empreendimentos de Economia Solidária, assim como o fortalecimento daqueles já existentes, projeto este, executado em 2012.

Outra ação importante desenvolvida no âmbito do fomento refere-se à geração de trabalho e renda por meio da implantação ou melhoria de estruturas físicas e produtivas de empreendimentos solidários rurais e urbanos. O apoio direto aos empreendimentos promove junto com outras ações de qualificação e de criação de redes de comercialização, a instrumentalização e a organização dos pequenos produtores, tendo em vista a sustentabilidade de suas iniciativas econômicas e produtivas. Esta ação é realizada por meio de convênios com entidades públicas e privadas sem finalidade lucrativa que executam projetos em economia solidária no âmbito local ou municipal.

Em 2009 a SETRE definiu como prioridade as atividades relacionadas ao apoio a cooperativas e associações atuantes em resíduos sólidos. Esta ação vem sendo desenvolvida com as cooperativas de reciclagem de resíduos, incentivando a estruturação de um complexo de reciclagem para fortalecer as cooperativas e torná-las independentes dos “atravessadores”.

Os empreendimentos de uma forma geral, tentam estar sempre atrelados a alguma forma de apoio e articulação. Nos dois mapeamentos a maior parte dos empreendimentos está ligada as redes, aos movimentos sociais ou até em ações comunitárias como demonstra a tabela 32.

Tabela 32 – Participação Social dos EES

Participação Social	Mapeamento 2007	Mapeamento 2013
Redes e Fóruns	618	289
Movimentos Sociais	1.111	902
Ação Comunitária	1.098	834

Fonte: ATLAS 2007 e ATLAS 2013.

O apoio vem de diversas instituições de fomento e assessoria. No mapeamento de 2007 as ONGs e órgãos governamentais tem um papel importante na assistência aos empreendimentos. O sistema S e os movimentos sindicais também tem bastante representatividade. A universidade também aparece como suporte mas em menor volume. (Tabela 33).

Tabela 33 – Bahia Mapeamento 2007: Tipos de fornecedor de Apoio

Fornecedores de apoio aos EES	Quant. EES
Organização não governamental	429
Órgão governamental	486
Universidade	46
Sistema S	265
Movimento Sindical	280
Outros	27

Fonte: ATLAS 2007

No entanto, nem todos os empreendimentos tiveram acesso a apoio. No mapeamento de 2007 (tabela 34) cerca de 35% dos empreendimentos se disseram fora do suporte das entidades de apoio.

Tabela 34 – Bahia Mapeamento 2007: Acesso a apoio

EES com acesso a apoio	1.047
EES sem acesso a apoio	564

Fonte: ATLAS 2007

O mapeamento de 2013 já demonstra quais as formas de apoio feitas por essa instituições/entidades. Observe na tabela 35 todas as possibilidades oferecidas. Assistência técnica e qualificação profissional são as principais formas de auxílio. A elaboração de projetos vem em terceiro lugar. As outras formas de assessoria também são importantes. Apesar de não ter a representatividade numérica, é de grande valia para os empreendimentos ter acesso a apoio jurídico, formalização dos empreendimentos, assessoria na comercialização. Com grande valor também é a formação sócio-política, para o entendimento

da função e importância dos associados dentro dos empreendimentos.

Tabela 35 – Bahia Mapeamento 2013: Acesso a apoio, assessoria ou capacitação.

Acesso a apoio, assessoria ou capacitação.	Quant. EES
Assistência técnica e/ou gerencial	699
Qualificação profissional, técnica, gerencial	604
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	192
Assistência jurídica	79
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	79
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	85
Assessoria na constituição, formalização ou registro	99
Elaboração de projetos	235
Incubação	23

(Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento)

Fonte: ATLAS 2013.

3.6 Gestão Coletiva

Uma gestão coletiva se diferencia daquela desenvolvida nos domínios do capitalismo como Fordismo, Taylorismo, Toyotismo etc., pois, pensar a respeito da prática de autogestão é pensar, necessariamente, na ação coletiva e nas motivações que a orientam. A princípio não é possível contentar-se apenas com uma explicação economicista, já que tais iniciativas, especialmente no Brasil, estão intimamente relacionadas a situações de exclusão socioeconômica e de precarização do trabalho. A autogestão envolve proposições que rompem com os pressupostos capitalistas citados acima e exige adoção de novos conceitos e valores que não se sustentam em artifícios econômicos. Para Gutierrez (1993), um empreendimento autogestionário é elaborado a partir de experiências econômicas significativas que apresentam traços constitutivos de solidariedade, mutualismo, cooperação, conservando uma racionalidade distinta das outras realidades econômicas.

Em uma experiência de autogestão, todos que trabalham no empreendimento detêm posses iguais, com os mesmos direitos de decisão sobre seu destino. Nela, a situação do trabalhador é o inverso da vivida na empresa capitalista, já que cada membro do grupo é responsável pela gestão, participando plenamente dos resultados alcançados, sejam eles sobras ou prejuízos. Como não há hierarquia, a união consciente e solidária entre os trabalhadores é essencial para o bom funcionamento da organização. De forma geral, o indivíduo passa por uma inversão completa de situação quando deixa de ser assalariado e

torna-se associado, pois para o assalariado as escolhas são limitadas e as resoluções que o afetam são tomadas por superiores em função de razões que ele desconhece. Quando se torna associado, ele passa a ser orientado por uma lógica coletiva, na qual está encarregado de deliberar em conjunto. Cada um é, portanto, responsável por si, mas também, pelos demais, o que expande o conhecimento mútuo dos associados e a importância de seu inter-relacionamento afetivo (SINGER, 2005).

Como diz Gutierrez (1993), num sistema autogestionário, pode ocorrer como em outras formas de organização coletivas. É que as mesmas possui limitações e deficiências que exigem constante aperfeiçoamento. Todo sistema libertário, traz consigo uma flexibilidade não vivenciada na sociedade capitalista, criando com isso, uma situação de interdependência, na qual as ações individuais refletem sobre o todo, podendo causar reações diversas entre os membros desse grupo. Nesse sentido, a autogestão demanda o reconhecimento de diferentes subjetividades e a possibilidade de enfrentamentos e debates construtivos, que pressupõe a instauração de vínculos baseados na confiança e na solidariedade. Assim, trata-se de uma ação maior do que prover renda e trabalho dignos, uma vez que os elementos solidariedade e gestão coletiva promovem o trabalhador à condição de sujeito nos processos econômicos e produtivos, tornando-o, a um só tempo, sócio, dono e trabalhador, súdito e soberano de seu modo de produzir e viver, negando a força de trabalho como mercadoria.

A conjuntura atual, demonstrada na tabela 37, evidencia a complementação dos rendimentos como uma função dos empreendimentos. Uma parte deles consegue ser a fonte principal da renda dos sócios.

Tabela 37 – Bahia Mapeamento 2013: Remuneração dos sócios

Remuneração dos Sócios	Produção	Comercialização	Total
A fonte principal da renda dos sócios	129	35	164
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades	157	46	203
Complementação de recursos recebidos por doações ou programa	17	1	18
Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	9	2	11
Outro	0	0	0

(Questões de múltipla escolha)

Fonte: ATLAS 2013.

Tabela 38 – Bahia Mapeamento 2013: Quantidade de sócios por tipo de EES

Quantidade de sócios por tipo de EES	Quant. Sócios	Quant. EES
EES de Produção	12.862	545
EES de Comercialização	3.899	85
EES de Serviços	826	48
EES de Finanças	127	11
EES de Consumo	6.592	741
EES de Troca	*informação não disponível	22

Fonte: ATLAS 2013.

O mapeamento de 2007 apresenta as classes de remuneração (Tabela 36), mas infelizmente o mapeamento de 2013 não tem essa informação. Avaliando a tabela 37 não tem como valorar a renda, mas ela existe nem que seja somente complementar.

Tabela 36 – Mapeamento 2007: Classe de Remuneração Mensal

Classe de Remuneração Mensal	Quant. De EES
0 Salário Mensal	1317
Até 1/2 Salário	120
De 1/2 a 1 Salário mínimo	113
De 1 a 2 Salários mínimos	38
De 2 a 5 Salários mínimos	16
5 Salários mínimos ou mais	7

Fonte: ATLAS 2007

3.7 Participações Sociais e Responsabilidade Ambiental

O desenvolvimento da Economia Sustentável propõe repensar as relações econômica e sociais, ampliando as formas de solidariedade com os mais necessitados de hoje em dia como também das gerações futuras, de modo que a redução das desigualdades sociais representa outro item prioritário. Essa versão do desenvolvimento da economia plural um espaço historicamente inédito em termos de amplitude, enquanto a versão economicista concederia com prazer uma exclusividade a autorregulação mercantil, questionando assim tanto a economia social e solidária quanto um estilo de desenvolvimento territorial que pretende ser economicamente sustentável.

No caso da Economia Solidária, muitas são as armadilhas ambientais. Para Tygel (2007), quando falamos apenas de inclusão social ou geração de trabalho e renda, estamos

assumindo a ES como um compensador das mazelas do capitalismo. Por exemplo, quando falamos de incluir socialmente, estamos falando de incluir em que sociedade? Falar em incluir no mercado de trabalho significa incluir em qual mercado de trabalho? Esta é uma armadilha, que deixa de lado o fato de que é preciso rever as atuais formas de organização societal e de produção, comercialização e consumo.

No campo ambiental, é necessário buscar-se fechar ciclos de reaproveitamento de energia, de água, de matéria (matéria-prima e resíduos), entre outros, evitando o “vazamento”, descarte ou desperdício, de elementos em um dado sistema (como exemplos de sistema, podemos pensar em ciclo produtivo, bairro, cidade, loja, escola, etc.) (TYGEL, 2007). Num processo de produção em que se fecham esses ciclos, os fluxos econômicos circularão entre os empreendimentos solidários, sem a saída dos mesmos para se concentrarem nas mãos de algumas pessoas donas de grandes empresas (normalmente em São Paulo, EUA, Europa ou Japão). Como cada empreendimento solidário não tem como fim o lucro, ou a acumulação de capital, se toda a cadeia produtiva se dá entre empreendimentos solidários os recursos circulam entre os/as trabalhadores/as da cadeia, minimizando o escape para fora ou o acúmulo em determinado ponto da cadeia, o que enforca todo o sistema, exigindo a injeção de novos recursos econômicos (moeda) para reativá-lo.

Tabela 39 – Bahia Mapeamento 2007: Responsabilidade Ambiental

Responsabilidade Ambiental dos EES	Quant. EES
Produção sem agrotóxico	671
Tratamento de Resíduo	661
Reaproveitamento	29

Fonte: ATLAS 2007

3.8 Análises Espaciais da Distribuição dos Empreendimentos

Em 2003, em iniciativa inédita em âmbito mundial e reconhecendo um conjunto de práticas já existentes no Brasil, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com o intuito de apoiar essas ações. Na Bahia a economia solidária emergiu como alternativa a organização produtiva de trabalhadores. Nesse intuito, foi criada em 2007, a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Trabalho,

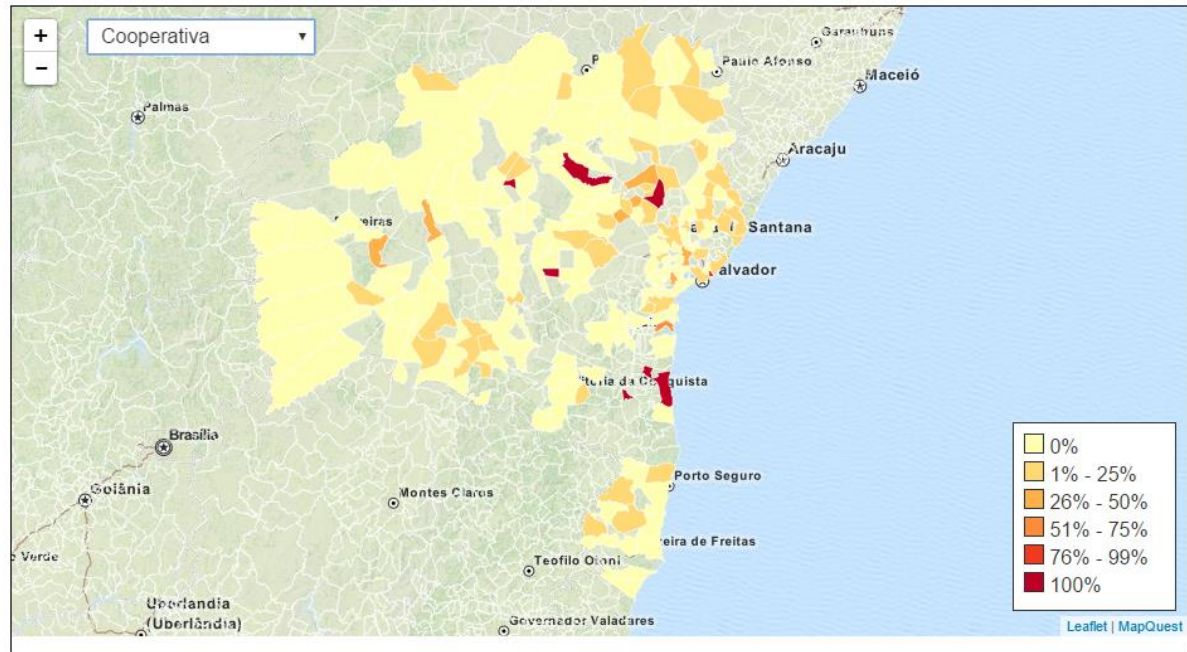
Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Sua criação resultou de uma manifestação encaminhada por carta do Fórum Baiano de Economia reivindicando a criação de uma esfera institucionalizada no estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia.

Em dezembro de 2008, foi inaugurado em Salvador o primeiro CESOL. Os CESOLS são espaços de apoio e prestação de serviços, com abrangência de atuação estadual, voltados às organizações solidárias que propõe fomentar e apoios aos empreendimentos e as mais variadas iniciativas para a geração de trabalho e através da articulação com representações do movimento de economia solidária, tais como entidades de assessorias, universidades, prefeituras e outras instituições públicas, coordenar através de um conselho gestor paritário constituído de entes do poder público e da sociedade civil.

Alguns críticos dizem que os Empreendimentos de Economia Solidária são utilizados como forma de baratear mão de obra, estrutura e a produção. Uma das formas de organização, inclusive, mais comentadas são as cooperativas.

Observando a distribuição dos mapas abaixo, e comparando com a distribuição da economia baiana formal, as cooperativas não estão nos polos de maior produção industrial, como o recôncavo baiano (nas imediações de Salvador), ou na produção dos grãos do oeste baiano, nem no norte onde a produção de horte-frutíferos é intensa.

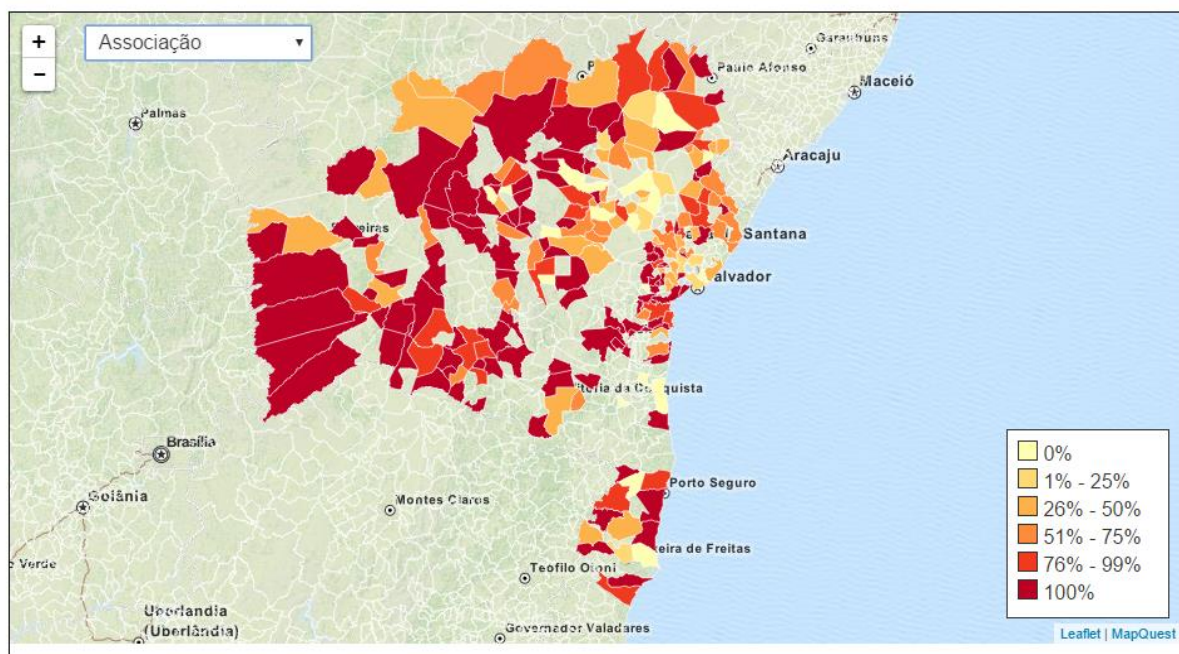
Ilustração 10: Mapa da Distribuição dos Empreendimentos quanto à forma de organização – Cooperativa



Fonte: ATLAS 2013.

As associações, de características mais rurais, estão mais concentradas nas áreas de produção agrícola. Mas as associações são as mais expressivas no mapeamento de 2007 e de 2013. Na Ilustração 11, é possível ver a distribuição dos Empreendimentos com essa característica em vários locais da Bahia.

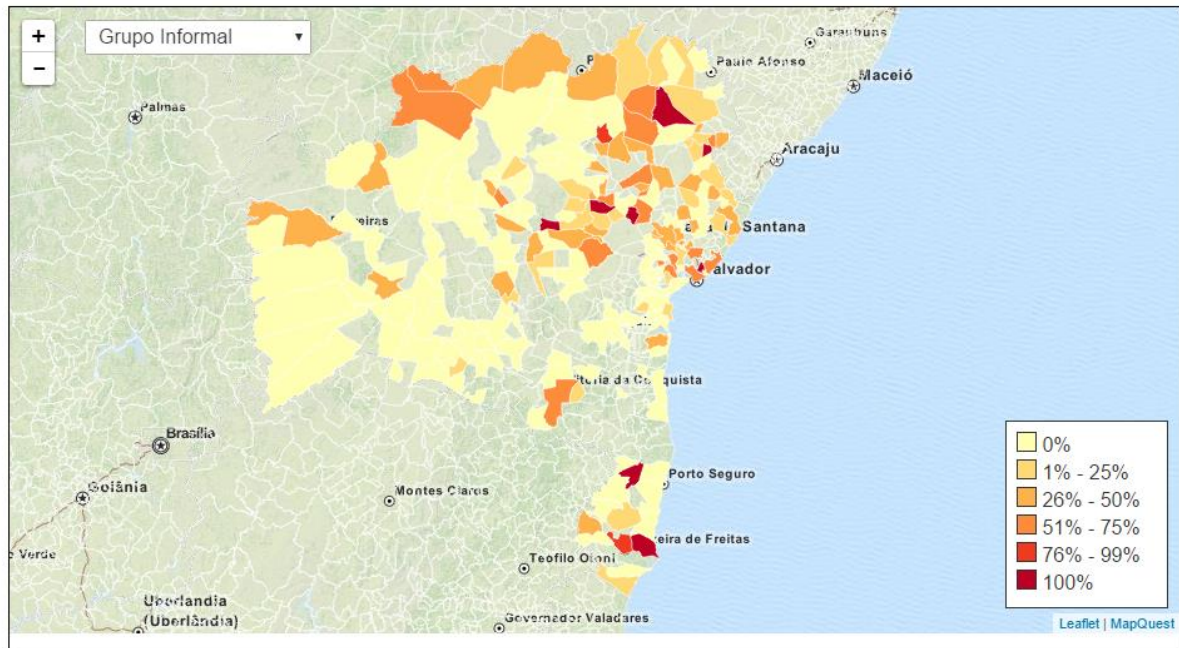
Ilustração 11: Mapa da Distribuição dos Empreendimentos quanto à forma de organização – Associação



Fonte: ATLAS 2013.

Os grupos informais se concentram mais na região metropolitana. Em Salvador 20 empreendimentos foram caracterizados com grupos informais. Outros mais no norte e no extremo sul do estado. São 294 empreendimentos distribuídos na Bahia.

Ilustração 12: Mapa da Distribuição dos Empreendimentos quanto à forma de organização – Grupo Informal



Fonte: ATLAS 2013.

Buscou-se analisar todos os pontos dos mapeamentos, apesar da divergência entre eles. O objetivo inicial de fazer um comparativo entre os dois mapeamentos foi alcançado parcialmente. Em alguns pontos as informações se aproximavam para que ocorresse a comparação. No entanto, as informações obtidas são de grande importância para entender a representatividade da Economia Solidária na Bahia e principalmente para as pessoas envolvidas.

Dentre os dados analisados alguns se destacam. No item “Características”, os primeiros dados dizem respeito a redução da quantidade de empreendimentos. De um mapeamento para outro diminuiu cerca de 10%. A quantidade de homens teve uma redução de 32%, a de mulheres de 9%.

Das informações que só constam no mapeamento de 2013, uma delas é a categoria social dos sócios. Os Empreendimentos estão compostos basicamente de agricultores

familiares representando 77%. A área de atuação fortalece essa informação. Os empreendimentos rurais representam 79%.

Já quanto as formas de organização, a informação conta nos dois mapeamentos com algumas diferenças que não inviabiliza a comparação. Os tipos são: Associação, Cooperativa, Grupo Informal, Outras formas/Sociedade Mercantil. Todas elas reduziram. Os motivos que podem justificar a redução são: dificuldade de revisitar, a mortalidade dos Empreendimentos, as dificuldades de financiamento/apoio ou perderam o perfil de EES.

O motivo para criação dos empreendimentos teve uma grande alteração na metodologia da pesquisa de um mapeamento para o outro. Apesar disso, o motivo principal para criação dos EES não alterou. ‘Alternativa ao desemprego’ continua sendo o principal. Com a alteração no formato surgiram outras opções de resposta. Uma delas, com grande representatividade, é a ‘atividade onde todos são donos’ e em terceiro lugar (tem nos dois mapeamentos e ocupam a mesma posição), ‘obter maior ganho’.

Um informação importante do mapeamento de 2007 que não teve continuidade no de 2013, é do ‘ano de início dos EES’. Essa falta de continuidade na informação inviabilizou demonstrar a evolução do surgimento dos EES e o nível de mortalidade deles; quais foram revisitados e quais são novos desde o último mapeamento.

Só do mapeamento de 2013, as ‘principais conquistas dos EES’ demonstra um maior entendimento dos sócios sobre a autogestão. A classificação das conquistas traz em primeiro lugar ‘a integração do grupo/coletivo, em segundo as ‘conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc)’, em terceiro ‘a geração de renda e obtenção de maiores ganhos para os sócios’.

Também só do mapeamento de 2013 os ‘principais desafios dos EES’ demonstrar que apesar das melhoras, ‘gerar renda adequada aos sócios’ fica em primeiro lugar, seguido de ‘viabilizar economicamente o empreendimento’. Em terceiro, o desafio de ‘manter a união do grupo’. E em quarto ‘garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os sócios’. Falta ainda segurança para os sócios/trabalhadores.

No item “Atividades Econômicas”, os primeiros dados só são contemplados no mapeamento de 2007. Nos ‘segmentos econômicos’ a maioria dos EES estavam ligados a atividades rurais como: ‘produção agropecuária, extrativismo e pesca’. O mapeamento de 2013 não tem essa informação. Mas a partir da informação da ‘área de atuação’ onde a maior parte dos empreendimentos tem características rurais, deduz-se que os EES mantiveram-se

nas mesmas proporções nos ‘segmentos econômicos’.

No caso da ‘atividade econômica principal’ a informação só veio no mapeamento de 2013. Os EES, são a maioria para ‘consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios’, seguido pela ‘produção ou produção e comercialização’. Estes tem perfil basicamente rural, e 85% deles se destinam a ‘organização para utilização coletiva de infraestrutura, terra e equipamento’. A função disto é diminuir os custos da produção e viabilizar o acesso a equipamentos que sozinhos não conseguiriam.

Também só constante do mapeamento de 2013, a ‘destinação dos recursos’ e a ‘destinação das sobras’, traz uma informação positiva. É a de que os recursos resultantes (renda) dos diversos EES conseguem pagar as despesas e em boa parte ter excedente. Excedentes esses destinados à reservas para eventualidades e para realizar mais investimentos.

No item “Comercialização” (constante nos dois mapeamentos com pequenas diferenças que não impediram a comparação) o foco principal dos EES é a ‘venda direta ao consumidor final’. Uma alteração importante é a redução de ‘venda a revendedores/atacadistas’ que caiu de 37% para 22%. Isso sugere a redução da intermediação.

A ‘abrangência comercial’ só está contemplada no mapeamento de 2007. Nesse momento, o ‘mercado comunitário era o maior absorvedor do que era oferecido pelos EES.

No item “Crédito e Investimentos” os dados são muito limitados. O que se consegue extrair do mapeamento de 2013 é que os empreendimentos tem a necessidade de crédito e, apesar disso, não buscou esse crédito nos últimos doze meses.

No caso do item “Apoio, assessoria e assistência técnica”, o mapeamento de 2007 traz os ‘tipos de fornecedor de apoio’. Os ‘órgãos governamentais’ seguido das ONGs, são os maiores fornecedores de apoio. No mapeamento de 2013 considera as formas oferecidas de apoio. Os que tem mais evidência fica: ‘assistência técnica e/ou gerencial’ em primeiro, seguido de ‘qualificação profissional, técnica, gerencial’ e em terceiro a ‘elaboração de projetos’.

O item “Gestão Coletiva”, apesar das diferenças dos mapeamentos, pôde-se concluir que a ‘remuneração dos sócios’ melhorou. No mapeamento de 2007 boa parte dos EES remunera muito pouco os sócios. A parte maior deles até, no máximo, um salário mínimo. No mapeamento de 2013, apesar de não dizer sobre valores, informa que os EES fornecem rendimentos complementares a outras atividades/programas/pensões, ou é a fonte principal de

renda dos sócios.

A frente a última parte dessa produção: as considerações finais. Nela será tecida o que de mais importante pode ser afirmado acerca da Economia Solidária na Bahia e as modificações principais dos empreendimentos. De antemão, as contribuições da ES são de cunho qualitativo. Traz aos seus participantes melhoras sociais e de qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia foi elaborada com o objetivo de investigar a performance dos empreendimentos econômico solidários na Bahia entre o período de 2007 e em 2013, momentos que foram realizados mapeamentos da economia solidária no Brasil.

A problemática proposta foi compreender como os empreendimentos econômicos solidários baianos transitaram entre um momento e outro nas dimensões de atividade econômica, comercialização, créditos e investimentos, gestão coletiva, assessoria e assistência técnica, a participação social e a responsabilidade ambiental.

Após as análises, a investigação apontou grandes diferenças na formulação dos mapeamentos. Isso inviabilizou o comparativo entre eles proposto inicialmente. Em alguns casos até a análise dos dados foi prejudicada já que não houve a manutenção das variáveis pesquisadas de um mapeamento para o outro.

Apesar disso, existem informações importantes acerca dos EES. Uma delas é que as motivações que levam ao surgimento dos empreendimentos não se alteraram com o passar do tempo. A alternativa ao desemprego continua tendo grande representatividade, o que demonstra a instabilidade laboral do mercado formal. O percentual de desempregados não é tão significativo, cerca de 2% somente entra nessa estatística. Não pode se dizer então que esses cidadãos estão nos empreendimentos tão somente por não ter outra forma de geração de renda, mas com os receios do mercado formal.

Os empreendimentos basicamente tem características rurais, voltados a produção agropecuária de extrativismo e pesca. Outros casos também na área de produção artesanal de artefatos e bebidas.

No Brasil, parte expressiva da riqueza nacional provém de atividades de pequenos produtores, como é patente no caso da pequena produção agrícola, cujo desempenho nos anos recentes evidencia uma capacidade de modernizar-se e tornar-se mais produtiva, sem perder o seu caráter familiar. Tampouco os segmentos mais pobres estão desprovidos de iniciativas e de estratégias econômicas de eficiência apreciável (ABRAMOVAY, 2004). A Bahia ocupa a 6ª posição no PIB do país, ou seja, é o sexto estado mais rico do Brasil. No entanto é o 20º no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Resumindo: a Bahia cresce, mas

não se desenvolve. Os empreendimentos industriais se concentraram na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a qual corresponde a 70% da produção industrial do Estado.

Registrando a maior taxa de desemprego do país, No segundo trimestre do ano, a desocupação no estado alcançou 12,7% da sua força de trabalho. Esse índice é bem superior à média nacional que é de 8,3% conforme pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012. A alternativa para esses trabalhadores baianos foi agir coletivamente procurando alternativas de trabalho e renda. Tais experiências, em alguns casos, produziu relações sociais antagônicas com capitalismo; em muitos casos, preservaram relações sociais provisoriamente não capitalistas, atenuando assim a sujeição dos trabalhadores à economia dominante.

São muitas as dificuldades que os empreendimentos enfrentam para se manter vivos no mercado. Problemas na comercialização em relação a clientes, capital de giro, atravessadores, custo dos transportes, calote, capacidade de produção, etc. Porém essas são dificuldades também de empresas formais.

Uma informação que seria relevante se fosse apresentada pelos dois mapeamentos é a abrangência de mercados. Essa informação só consta no mapeamento de 2007. A produção/serviços é voltada basicamente para os mercados comunitários, com alguma alargamento para o mercado municipal. Muito pouco do que é produzido/oferecido tem uma visão de mercado mais ampla.

Praticamente todos os empreendimentos necessitam de algum recurso para alavancar seus negócios. Porém, a maior parte deles não busca crédito e boa parte deles não realizou investimentos recentes apesar de guardarem seus excedentes com essa função.

O fato de existir excedente é um bom sinal. Significa que na sua maioria os empreendimentos se encontram saudáveis. Os sócios de uma forma geral tem nos EES uma complementação da renda ou é a fonte principal de seus rendimentos.

Quando visualizado no mapa a distribuição dos empreendimentos, é notável a proporção rural deles. Poucos aparecem nas áreas de maior volume financeiro, o que descaracteriza uma crítica ao movimento. Dele ser utilizado para captação de produção e mão-de-obra barata.

No Brasil os estudos dos dados, parecem apontar para uma forma diferente embutida dentro do Capitalismo, um “movimento social” que para (DOURADO, 2010, p.6) se interliga ao da economia mercantil. “As práticas de economia solidária estão estruturadas a partir de

princípios diferenciados, mas estão inseridos no sistema capitalista” (SANTANA JUNIOR, 2007, p. 29). O vínculo social está associado ao mercado e ao estado, dando a economia o conceito de “economia plural” (FRANÇA FILHO, 2007, p.158).

Assim, embora seja uma configuração histórica da luta de trabalhadoras e trabalhadores contra o desemprego e a exclusão social, não há uma ruptura entre o modo de produção capitalista e as empresas consideradas de Economia Solidária. Configura-se isto sim, o que França Filho (2006) denomina de economia plural, outra forma de produção e distribuição de riqueza, em uma economia não necessariamente contra o mercado, mas sim uma economia com mercado, uma economia que esteja submetida a outros princípios, ou melhor, que esteja configurada junto a outros registros de práticas.

A presença de uma racionalidade distinta da capitalista, orientada à preservação da vida, já foi evidenciada em estudos comparativos sobre a economia solidária (SANTOS, 2002; NOVAES, 2005; GAIGER, 2006, 2007) e sustenta as expectativas quanto ao fato de ela materializar princípios de outra economia, portadora de um projeto substitutivo dos atuais modelos de desenvolvimento (CATTANI, 2004). As diferenças estruturais entre as empresas capitalistas e as empresas cooperativas e autogestionária são reconhecidas de longa data pela literatura (JONES, 1978; DEFOURNY, 1988; NAMORADO, 2005 apud GAIGER, 2009).

Ao longo da história uma ampla parcela das atividades econômicas, geradora de riqueza e de bem-estar sempre esteve à margem do sistema produtivo e do mercado capitalista. Esta parcela valeu-se antes de tudo dos seus recursos naturais e de circuitos locais já existentes antes da disseminação das relações capitalistas. Sobre esse ângulo, o capitalismo é que representou a introdução de outra economia, gradativamente sobreposta às formas econômicas pré-existentes, taxadas de pré-capitalistas como se fossem mero preâmbulo da economia dita superior do capital. Diante do advento das relações capitalistas, os trabalhadores foram reagindo de várias formas, combatendo a exploração no interior da empresa capitalista, criando alternativas de caráter associativo (SINGER, 2002) ou defendendo seus sistemas de vida próprios, seu patrimônio produtivo e seus saberes, contra a ameaça de espoliação e de subordinação do capital.

Embora seja uma resposta dos trabalhadores à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar, as formas coletivas e autogestionárias, que caracterizam o campo da economia solidária, não permitem por si só que se supere positivamente a condição social de miséria pois, a forte concentração de renda nas mãos de uns poucos e a má distribuição dos polos

industriais, são fortes empecilhos para o desenvolvimento baiano. A ultrapassagem dessa condição requer a auto-organização do trabalho pelos próprios trabalhadores, impulsionados pelas políticas públicas voltadas para esses territórios, a fim de que experimentem situações de cooperação produtiva que lhes permitam desenvolver suas capacidades e competências, mobilizando conhecimentos dos quais podem lançar mão também nos tempos livres.

Mais é possível apostar em outros caminhos, outra estratégia, se se quer efetividade no enfrentamento à miséria e promoção da inclusão cidadã dos que desde sempre figuraram como paisagem em nosso contexto passado de exclusão.

Só o tempo poderá determinar o quanto à disseminação do pensamento da economia para além do mercantil; o entendimento da sociedade sobre as diversas relações que a envolve.

A bandeira já foi levantada e estudiosos, teóricos estão empenhados em calcular as proporções que a Economia Plural de Polanyi pode alcançar. Outros mapeamentos virão para atestar a força ou fraqueza desse novo movimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. 2004, São Paulo: Annablume.
- AMORIM, Andressa N. **Economia Solidária - princípios e contradições**. 2010. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/andressa_nunes_amorim.pdf.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental - Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1995.
- BRASIL. ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2007. (**ATLAS 2007**) Disponível em: <http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html>
- BRASIL. NOVO ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (**ATLAS 2013**). Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/>
- CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA **1º Plano Nacional de Economia Solidária(2015- 2019)**, novembro 2014, Brasília-DF. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E079A96245953/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf> . Acesso em: Abril de 2016.
- CATTANI, Antônio (org.) **La otra economia**. 2004, Buenos Aires: Altamira (trad. Lucimeire Leite).
- DOURADO, Ivan P. As representações da economia solidária: os valores solidários em oposição. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 34., 2010, Caxambu-MG. **Anais eletrônicos...** ST-10 Economia e políticas do simbólico. Caxambu-MG, 2010. Disponível em: <http://portal.Anpocs.org/portal/index.php?option=com-docman&task=doc-view&gid=1423&Itemid=350>. Acesso em: 11 jun.2014.
- ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Científico ao Socialismo Utópico**. Ed. Saraiva. São Paulo, SP, 2002.
- FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social**. Ed. Difel, Rio de Janeiro, RJ, 1977.
- FRANÇA FILHO, Genauto C. Teoria e Prática em Economia Solidária. Problemática, Desafios e Vocação. **Journal du Mauss**, 8 maio 2007. Disponível em: <http://www.journaldumauss.net/?Teoria-e-Pratica-em-Economia> . Acessado em: Abril 2016.
- FRANÇA FILHO, Genauto C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise Dados**. Salvador, v.12, n.1, jun.2012, p.9-19. Disponível em <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2066_pt.html >. Acesso em: maio 2014.
- FBES - FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/> . Acesso em: abril 2016.
- GAIGER, Luiz I. (coord.). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. Ed. Oikos, São Leopoldo, RS, 2014.
- GAIGER, Luiz I. **A outra racionalidade da economia solidária**. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil . Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 79 | 2007, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 11 Abril 2016. URL :

<http://rccs.revues.org/725> ; DOI : 10.4000/rccs.725

GERMER, Claus M. ‘A economia solidária’: uma crítica com base em Marx. In: Colóquio Marx e Engels, 04., 2005, Campinas. **Anais...** Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) – IFCH- UNICAMP, Campinas. 2005.

GRADE, Marlene. **Economia Solidária: Superação do modo de produção capitalista**. UFRR, Roraima. 2013.

GUTIERREZ, F. (Org). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34–58.

HILSDORF, M.L.S. **História da Educação Brasileira: leituras**. Ed.Thompson, São Paulo, SP, 2003.

JONES, Derek, “**Les coopératives de producteurs dans les économies occidentales industrialisées: un aperçu général**”, *Annales de l'économie publique, sociale et coopérative*, 1978, p. 66(2), 109-124.

LEUENROTH, E. **Anarquismo: roteiro de libertação social**. Ed. Mundo Livre, 1963, Rio de Janeiro, RJ.

MESZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **As origens da Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as_origens_recetes_da_economia_solidaria_no_brasil.htm.

MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: L&PM, 1997.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo – um horizonte possível**. 2005, Oficina do CES, 229.

NOVAES, Henrique. Quando os patrões destroem máquinas. O debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. 2005, **Revista Ciências Sociais Unisinos**, (41)2, 100-110.

OLIVEIRA, Elisângela M. **Caminhos da Geografia: Transformações no mundo do trabalho, da Revolução Industrial aos Nossos Dias**. UFU, 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15327/8626>.

PINHEIRO, Daniel Calbino. **Economia Solidária: Uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos**. Revista NAU Social. [S.L.], v. 3, n. 5, p. 87-105, nov. 2012/ abr. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/238/198>> Acesso em: jun.2014.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTANA JUNIOR, Gildásio. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** , 2007. 255 p. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTANA JUNIOR, Gildásio. Economia Solidária – Conceito, Práticas e Gênese: Uma apresentação da temática. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista-BA, ano 3, n. 3, p.81-92, 2005. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/a78-2369-1-pb.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2014.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

SATO, L. & ESTEVES, E. **Autogestão**: Possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar. São Paulo: ADS-CUT, 2002.

SENAES – SECRETÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Projeto "Sistematização e Análise da Política Pública de Economia Solidária – SENAES 2003/2010"**: Sidney Lianza (Coordenação Geral). Junho 2012, Brasília-DF. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf . Acesso em: Abril 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ed. 2reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TYGEL, Daniel. **Economia Solidária e Educação Ambiental**. Texto publicado no Fórum Brasileiro de Economia Solidária Brasília, novembro de 2007.

WOODCOCK, G. **História das ideias e movimentos Anarquistas**. Porto Alegre, RS. Ed. L&PM Pocket, 2002.